

**MANDATO XIII****ATA Nº. 12/2022****SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022**

*Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Braga, no Auditório José Sarmento, no Mercado Cultural do Carandá, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Augusto Alexandre da Cunha Dias, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e três membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Filipe Monteiro Marques, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Bento Duarte da Silva, João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Alcaide, Ana Margarida Sarmento Manso da Silva Macieira, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Maria Manuela de Freitas Marques, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira de Lima Antunes Lopes, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, José Carlos Vaz da Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Fausto Alves Farinha, Néilson*

*Jorge Ferreira Duarte, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Pedro Afonso Teles, Susana Rafaela Ferreira Leite, Augusto José Urjais Gonçalves Oliveira Gomes, Sandra de Oliveira Cardoso, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Ana Filipa Duarte Martins, Maria Norberta de Abreu Ferreira Grilo, Alexandre Sérgio Mano, António Filipe Dias Melo Peixoto, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Bruno Miguel Carvalho Machado, Abel Bruno Ferreira Gomes, Valdemar Manuel Gomes Maia, Manuel Jorge Miranda Pereira, João Miguel Vilaça Pires, Daniel Fernandes Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, José João Pereira Correia, Bela Diana Pinto Gomes, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Nuno Emanuel Teixeira Gonçalves, Ana Isabel Dias Sousa, João Paulo de Carvalho Vieira, João Manuel Monteiro da Silva Oliveira, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Eduardo Araújo Fernandes, Carmindo João da Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Jorge Fernando da Silva Dias, Manuel de Azevedo Martins, José António Pinto de Matos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, César Manuel Faria Gomes, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Andreia Fernandes de Araújo e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.*

**SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Maria do Pilar Araújo Teixeira, Maria Ester da Silva Taveira, Américo dos Santos Afonso, Natacha Sofia Miranda Fontes, Rui Nuno Gonçalves Marques, Jorge Daniel Paredes Abreu, José Pedro Pires Machado, Catarina Lourenço Ribeiro, Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves,*

*Pedro Filipe Magalhães Roriz, Bruno Miguel Pereira Torres, Bruna Daniela Gonçalves do Coto, João Jorge Ferreira Baptista, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Pedro Carvalho Melo, André Costa Castanho Correia, António Meireles de Magalhães Lima, Sandra Cristina Andrade Carvalho e João Manuel Garcia Rodrigues. FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS: Sara Adelaide Fernandes Dias e Bárbara dos Santos Lopes. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a intervenção do **SR. JOSÉ ANTÓNIO CASTRO DIAS**, que começou por revelar que: “sou residente na União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, mas se preferirem também sou secretário da Junta de Freguesia da mesma União de Freguesias. Julgo que hoje vocês têm para apreciar a pretensão dos eleitos de Morreira e Trandeiras sobre a desagregação das freguesias. Todo este processo, e não é novidade para ninguém, começou em dois mil e treze, quando se começou a falar na reorganização administrativa. Na altura falava-se, e todos estamos recordados disso, que as freguesias de pequena dimensão iam ser agregadas, depois eram as freguesias que tivessem menos eleitores. Quando viemos a descobrir o que aconteceu no concelho de Braga, vemos freguesias pequenas agregadas, certo. Freguesias pequenas que não foram agregadas, também é verdade, e freguesias grandes que foram agregadas. Ninguém percebeu patavina do que aconteceu. E então tentámos descobrir o que é que se passou, qual foi a fórmula que arranjaram para que as freguesias, umas fossem agregadas, outras não. Chegámos a uma simples conclusão. Todas as análises que se queiram fazer são válidas. Perguntámos ao A, não foi, foi o B. Pergunta-se ao B, não foi, foi o C. Isto parece os putos da escola. Um atirou com a pedra e todos se escondem. Não fui eu, foi aquele. O que é que acontece? Isto passou-se e o povo de Trandeiras e da Morreira nunca ficou contente com esta agregação. E nós, como*

representantes, temos que dar voz às pretensões da população que nos elegeu e que também contribuiu para que vocês fossem eleitos. Segundo, a partir daí, depois da reestruturação estar feita, começou a campanha eleitoral e aí estamos todos unânimes. Todos os partidos políticos deste país, isto foi mal feito, vamos ver a melhor solução para resolver isto e vamos fazer um referendo ao povo. É necessário que o povo diga se quer ser agregado ou não. E então toda a população andava na expectativa. Alguém vai repor a verdade e vamos a um referendo e vamos dizer o que queremos. Mas não, passaram as eleições, passou o discurso. Porquê? Julgo que os partidos políticos descobriram que a população portuguesa faz anos a vinte e nove de fevereiro e só se lembram deles uma vez, de quatro em quatro anos. Isto pode ser um mau sinal. O povo português, com a crise que está, pode começar a pensar assim: estamos numa crise económica, vamos fazer uma coisa, vamos economizar nas canetas, e de quatro em quatro anos, metemos o nosso boletim de voto em branco dentro da urna e vamos ver quem é que vai representar o povo português. Mas estamos aqui, não é para complicar, é única e simplesmente para cumprir o nosso dever de dar voz à pretensão das populações. E sabemos que vocês vão dizer assim, mas o processo que vocês fizeram nem sequer está completo. É verdade, falta-nos o mapa à escala. Isto porquê? Porque as Juntas de Freguesia nem dinheiro têm. Onde é que vou arranjar um técnico para me arranjar um mapa? Não tenho. E depois também quem é que não sabe quais eram os limites das freguesias que foram agregadas em dois mil e treze? Acho que toda a gente sabe quais eram os limites. Para quê mais histórias da carochinha? Não vale a pena. Mas temos uma segunda solução para que vocês, sabemos que o que vai ser apresentado é uma moção, subscrita por vários partidos, hoje, para que se dê voz ao povo, para que isto vá avante a desagregação, esquecendo o limite dos setecentos e cinquenta

*eleitores, mas temos uma solução e vocês podem-nos ajudar, porque também foram eleitos pela população de Morreira e Trandeiras. Queremos que vocês façam a seguinte proposta: as freguesias de Morreira e Trandeiras, considerá-las freguesias do litoral. E temos três razões boas para isso. Primeiro, estamos na fronteira do concelho de Braga com Guimarães. Somos mesmo do litoral. Segundo, ao grau de investimento que tem existido nas nossas freguesias, também podemos considerar do litoral. Tem havido muito investimento. Podem-nos considerar do litoral, que não levamos a mal. Terceiro, viemos a descobrir que agora, no Orçamento de Estado, os aumentos que vão existir face ao ano corrente para vinte, vinte e três, a nossa União de Freguesias vai ter um aumento de dois por cento. Isto, conjuntamente com as restantes freguesias rurais do concelho de Braga, que também sofrem um aumento no Orçamento de Estado, vão receber mais dois por cento. Em contrapartida, e não temos nada contra, as freguesias urbanas vão receber em média seis, sete por cento. Portanto somos do litoral, só dois por cento. E depois podemos acrescentar ainda o seguinte: julgo que devem ter visto, como eu, uma notícia na televisão que dizia assim “O país está em crise e no Orçamento de Estado, as únicas instituições que vão receber um aumento acima da média de inflação, são as subvenções para os partidos políticos”. Meus amigos, viva a democracia! Haja honestidade”. Depois foi a vez da **SR<sup>a</sup>. HELENA MARIA PIRES PEREIRA** dizer que: “sou uma das representantes do Movimento Pais em Luta, que se fundou inicialmente com o intuito de conseguir uma resposta para a frequência de ATL das crianças/jovens com deficiência que frequentam as escolas deste concelho. Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer à Senhora Vereadora Dra. Carla Sepúlveda a criação do Programa incluir mais Férias de Natal. Em segundo lugar queremos dizer que enviamos um email à Sra. Vereadora Dra. Sameiro Araújo ao qual não obtivemos qualquer*

resposta. Foi apresentado pelo pelouro do Desporto o programa "Férias em Grande – Natal dois mil e vinte e dois", na ordem de trabalhos da reunião do Executivo Municipal que ocorreu esta segunda-feira, dia catorze de novembro. Por isso, passamos a ler o e-mail enviado, na expectativa de obter feedback.

"Exma. Senhora Vereadora Dra. Sameiro Araújo, Vimos solicitar um pedido de esclarecimento relativamente à existência de dois programas de férias de Natal apresentados na última reunião do executivo municipal, uma vez que ambos foram criados para o mesmo fim. Constatamos que a proposta do programa de férias apresentada pelo pelouro do qual é responsável, foi rejeitada pelos vereadores da oposição, tendo estes alegado não se tratar de uma resposta inclusiva. Agradecemos que se pronunciasse a esse respeito. Adicionalmente, ouvimos V. Exa. justificar que o programa "Férias em Grande – Natal dois mil e vinte e dois" foi criado com o intuito de pretender prestar um serviço de qualidade. Gostaríamos que nos clarificasse o porquê desta afirmação, nomeadamente que identifique os fatores que, no seu entender, fazem com que um serviço desta natureza possa ser prestado com ou sem qualidade. Estaria a Senhora Vereadora a referir-se ao programa "Férias – IncluIR mais", criado pelo pelouro da educação, como sendo um serviço sem qualidade? Gostaríamos de lembrar que no dia oito de junho do corrente ano foi votada favoravelmente por unanimidade, em reunião do executivo, uma recomendação apresentada pela Senhora Vereadora da CDU, a qual apela à inclusão de crianças e jovens com deficiência nas atividades proporcionadas pelo Município. Queremos acreditar que o objetivo da criação dos dois programas não tenha sido o de segregar as crianças e jovens com deficiência". Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Louvor**, pelo Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, **BRUNO MIGUEL**

**CARVALHO MACHADO**, do seguinte teor: “Cumpre-se neste ano, quarenta e sete anos sobre o vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco, data em que terminou o período a que se designou de *PREC* (*Processo Revolucionário Em Curso*). Se o vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro representou o início da construção da Democracia, o vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco marcou definitivamente o fim do período revolucionário, a implantação da Democracia e a Liberdade para todos. A extrema-esquerda de então, com o apoio de algumas forças militares, envidou todos os esforços para transtornar o iniciado a vinte e cinco de abril, tendo como objetivo procurar que o processo democrático não avançasse. A Democracia que nos permite estar aqui hoje e que damos como garantida deve-se a todos aqueles que tiveram a coragem e a determinação de impedir que os valores democráticos fossem suprimidos por correntes políticas que ambicionavam um Estado totalitário e ditatorial. Assim, recordar esta data, simboliza assinalar que numa Democracia liberal e plural, não podemos baixar a guarda contra os extremismos ideológicos e as suas derivas totalitárias. Quarenta e sete anos depois temos de nos manter vigilantes na defesa da Democracia contra as forças iliberais. A *IL* propõe que a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e dois, delibere: Saudar o quadragésimo sétimo aniversário do vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco e todos os portugueses que defenderam a Democracia e a Liberdade para todos”. Posto à votação, foi o presente voto de louvor **aprovado com trinta e seis votos a favor, com catorze abstenções e cinco votos contra**. O Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** apresentou uma **Declaração de Voto**, revelando que o Partido Socialista se absteve, porque era uma tentativa de validar uma data que tinha o seu valor, naturalmente, e que representava aquilo

que também era a história da Revolução de vinte e cinco de Abril, mas havia uma tentativa encapotada de o igualizar ao vinte e cinco de Abril, que são coisas completamente distintas e bem diferentes. O Partido Socialista não se queria envolver numa disputa de credibilizar as datas ou pelo menos igualizá-las. E era nesse sentido, não que o vinte e cinco de Novembro tivesse tido os seus efeitos, respeitavam, mas a verdade era que igualá-lo ao vinte e cinco de Abril, que era uma intenção encapotada e já muitas vezes manifestada na sociedade portuguesa, não poderia ter o voto do Partido Socialista. Essa foi a única razão. Respeitavam essa data. Ela fazia parte de todo o processo revolucionário que os levou até ali. Mas aquela tentativa encapotada não podia passar sem a abstenção, do Partido Socialista. Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para proceder à apresentação de outro **Voto de Louvor**, que dizia: “Este mês de novembro ficou marcado pela cessação de funções da Dr.<sup>a</sup> Isabel Cunha e Silva que integrou o Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa em mil novecentos e oitenta e três e onde desempenhou funções de Diretora desse Museu desde mil novecentos e noventa e um, tendo acumulado a Direcção do Museu dos Biscainhos a partir de dois mil e treze! Foi sob a sua tutela que o Museu Dom Diogo de Sousa passou a ter instalações definitivas e em que existiu uma aproximação da população bracarense ao Museu, criando nele uma certa centralidade ao permitir a organização de Congressos, ou mesmo um simples lanche ou café nas suas instalações, o que permitiu quebrar uma barreira invisível de afastamento da população aos museus! Também foi na sua alçada que existiu um enriquecimento e uma maior visibilidade do espólio apresentado e em que atualmente, como dizia a antiga Diretora, "O Museu tornou-se a explicação daquilo que nós somos hoje"! Já no Museu dos Biscainhos, foi na sua Direcção que começou a decorrer a

reabilitação das fachadas e da cobertura, o que vai permitir a utilização da Ala nascente do Museu outrora ocupada pelos antigos motoristas da TUB! Ficou a faltar, e não por falta de vontade e de alerta da Dr<sup>a</sup> Isabel Cunha e Silva, a requalificação do jardim deste palácio! Jardim esse que, por sua iniciativa, passou a integrar a rota Nacional de jardins históricos! A sua requalificação já tem o seu projeto concluído, faltando apenas a vontade do Estado em reabilitá-lo! Foram anos de uma dedicação inquestionável em que resultou numa aproximação da população bracarense e esses museus, refletidos no progressivo aumento do número de visitantes! Por esses motivos, a Assembleia Municipal reunida dia dezoito de novembro propõe um voto de reconhecimento/louvor pelos serviços prestados em prol de uma comunidade recomendando a atribuição da medalha de mérito da cidade!”. Posto à votação, foi o presente voto de louvor **aprovado por unanimidade**. Seguiu-se a apresentação de mais um **Voto de Louvor**, agora pela **Sr<sup>a</sup>. Deputada do C.D.S.-P.P., MARIA ALEXANDRA PALMEIRA E ÁLVARES PEREIRA DE LIMA ANTUNES LOPES**, que revelava: “O Grupo da Bancada do CDS-PP apresenta um voto de louvor à Dr.<sup>a</sup> Isabel Silva pelo percurso de excelência na direção dos destinos dos Museus de Braga. A Dr.<sup>a</sup> Isabel Silva manteve com Braga e os bracarenses uma ligação de mais de trinta anos. Uma relação baseada na abertura de pensamento, de ação, de inovação e coesão cultural. É uma figura que ficará para sempre ligada à esfera cultural e patrimonial da nossa cidade, por via do legado humanista que deixou através da gestão dos Museus de Braga. Primeiro abraçou o desafio de gerir o Museu de Arqueologia Dom Diogo de Sousa. Mais tarde "acolheu" o Museu dos Biscainhos. Conquistou a comunidade bracarense com a sua forma singela e delicada de estar em todas as circunstâncias. Foram anos de muito trabalho em prol da cultura e da causa pública. Anos de conquistas, de lutas por melhores condições, de obras

materiais e imateriais. Podemos afirmar que a Dr.<sup>a</sup> Isabel Silva "devolveu" os Museus à cidade e às pessoas. Portadora de uma postura próxima do outro que fomentou a partilha e colaboração entre instituições e pessoas, como diretora dos Museus Dom Diogo de Sousa e Biscainhos, soube sempre envolver a comunidade. Deixa um legado de humanização do património museológico. Obrigada pelo trabalho árduo e pela entrega serena a todos os desafios que lhe foram propostos. A palavra de ordem só pode ser gratidão. Estamos certos de que continuará a dar o seu pensamento e trabalho a Braga com a nobreza que lhe é intrínseca". Posto à votação, foi o presente voto de louvor **aprovado por unanimidade**. A palavra foi dada à Sr.<sup>a</sup> **Deputada do B.E., MARIA NORBERTA DE ABREU FERREIRA GRILO**, para apresentar um **Voto de Saudação**, que revelava: "O vinte e cinco de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres. Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar o país. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) mais recente, apesar de ter diminuído face ao ano anterior, em dois mil e vinte e um a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal, representando oitenta e cinco por cento das mais de vinte e sete mil queixas por violência doméstica. Sendo que do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (setenta e cinco por cento), enquanto que a maioria dos denunciados são homens (oitenta e um por cento). A estes registos faltam todos os casos que ficaram em silêncio. A pandemia colocou muitas mulheres confinadas com os seus agressores. No estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (VD@COVID dezanove) quinze por cento dos participantes reportaram que houve violência doméstica em sua casa e trinta e

*quatro por cento das pessoas inquiridas que foram vítimas de violência doméstica declaram tratar-se de uma primeira agressão. A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, conforme demonstra o RASI dois mil e vinte e um. Ao nível dos crimes de violação, noventa e nove vírgula um por cento dos arguidos são homens e noventa e dois vírgula três por cento das vítimas são mulheres. Nos casos de abuso sexual de menores, noventa e dois vírgula nove por cento dos arguidos são homens e as suas vítimas correspondem a setenta e seis vírgula nove por cento de raparigas e vinte e três vírgula um por cento de rapazes. Este ano, mais de quarenta e seis pessoas ficaram órfãs, vinte e uma das quais crianças menores de idade, filhos e filhas das vinte e duas mulheres que morreram até quinze de novembro, mais nove vítimas mortais que em dois mil e vinte e um, de acordo com o Observatório de Mulheres Assassinadas. Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-Binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências. Sendo de referir a situação particularmente preocupante das mulheres trans. O Trans Murder Monitoring registou a nível mundial trezentas e cinquenta pessoas trans assassinadas no ano em dois mil e dezanove, noventa e oito por cento das quais do género feminino, cinquenta por cento imigrantes. Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) registou em dois mil e vinte: trinta e cinco mulheres assassinadas, tendo sido dezanove vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e dezasseis mulheres assassinadas noutros contextos. E recorda cada uma delas: Ana Mafalda Teles, Ana Maria Melo, Arminda Monteiro, Beatriz Lebre, Carla Barbosa, Celeste Paiva, Cláudia Gomes, Deolinda Lopes, Eduarda Graça, Eugénia, Floripes Machado, Francelina Santos, Iris Abas, Isabel Velez, Jasmina Lõfgren, Lúcia Rodrigues, Manuela Viana, Maria Costa,*

*Maria da Graça Ferreira, Maria de Lurdes Gomes, Maria Isabel Fonseca, Maria Isabel Salgado Martins, Maria Lúcia Santana, Maria Nazaré, Marta Figueiredo, Nadiya Ferrão, Não Identificada, Nazaré Santos, Paula Alves, Paula Cunha, Rosa Novais, Sílvia Damião, Teresa Fernandes, Tereza Paulo, Valentina Fonseca. A Assembleia Municipal de Braga saúda as iniciativas do dia vinte e cinco de novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência”. Posto à votação, foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do P.S.D., MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA** para, por seu turno, apresentar outro **Voto de Saudação** com o seguinte conteúdo: “No dia trinta e um de outubro, data escolhida pela Assembleia Geral das Nações Unidas para designar o Dia Mundial das Cidades, Braga foi escolhida para receber a décima sexta Conferência Anual da Rede de Cidades Criativas da UNESCO em dois mil e vinte e quatro. A Rede de Cidades Criativas da UNESCO tem a sua génese em dois mil e quatro e procura desenvolver a cooperação internacional entre cidades, tendo como ponto central a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento sustentável. Esta conferência, a realizar na nossa cidade tem dois propósitos: O primeiro, virado mais para o presente, pretende colocar universidades, especialistas em diversas áreas, as cidades criativas e a própria UNESCO, a refletirem e a interagirem sobre o desenvolvimento da UCCN, mediante a análise de dados, critérios científicos e experiências acumulados pelas cidades ao longo de vinte anos. O segundo propósito, reunirá a UNESCO, a ONU, altos funcionários, autarcas, jovens das cidades criativas da UNESCO, stakeholders privados e públicos, bem como líderes mundiais no domínio da cultura e criatividade para*

*pensarem o compromisso da missão desta rede com o futuro. Os benefícios deste evento para a nossa cidade são inegáveis, quer para o nosso turismo, restauração, comércio, hotelaria e principalmente para a projeção de Braga, cidade bimilenar, no mundo. A candidatura da nossa cidade, defendida em Santos, no Estado de São Paulo, no Brasil, pelo nosso Presidente da Câmara Municipal conseguiu a adesão de oitenta e cinco por cento dos votos das cidades integrantes, tendo como concorrente finalista a cidade do DUBAI, dos Emiratos Árabes Unidos. Assim esta Assembleia Municipal, reunida em dezoito de novembro de dois mil e vinte e dois, aprova um voto de louvor pela realização deste evento mundial na nossa cidade de Braga, reconhecendo o seu trabalho como cidade criativa da UNESCO no domínio das Media Arts desde dois mil e dezassete e consagra também a competência e capacidade deste executivo que coloca Braga no centro da cultura, da inovação e da criatividade, ocupando o lugar que merece no mundo”. Posto à votação, foi o presente voto de saudação **aprovado por unanimidade**. A Sr<sup>a</sup>. **Deputada da C.D.U., ANA FILIPA DUARTE MARTINS** usou da palavra para apresentar um **Voto de Louvor** ao Centenário de José Saramago - Nobel da Literatura, «escritor universal, intelectual de Abril, militante comunista». Assinalou-se, esta semana, um pouco por todo o país, o centenário do nascimento de José Saramago, um dos maiores escritores de língua portuguesa, um dos mais destacados intelectuais do Portugal de Abril, um militante do Partido Comunista Português. José Saramago foi um escritor que veio do povo trabalhador, a quem amou e foi fiel. Esse homem que, amando o seu povo, amou Abril, com tudo o que comportou de sonho, de transformação e de avanço progressista. A sua condição de comunista e a grandeza da sua obra literária não são facilmente dissociáveis: sem essa condição, a massa humana, o herói coletivo que percorre os seus livros, não se moveria com o mesmo fulgor.*

*Ao assinalar o centenário de José Saramago..... celebramos o homem que nasceu na Azinhaga (Golegã) a dezasseis de novembro de mil novecentos e vinte e dois, de uma família de gente pobre, que com tenra idade foi para Lisboa e que, antes de ser editor, tradutor e jornalista, foi metalúrgico, desenhador e administrativo; ... celebramos o ativista de Abril que muito cedo iniciou a sua atividade política, participando na resistência à dita dura fascista; ... celebramos o comunista que participou em importantes e diversificadas ações no movimento operário e popular no processo revolucionário, em defesa da Revolução e dos seus valores e conquistas; ... celebramos o intelectual que deu um inestimável contributo para a afirmação da literatura portuguesa no mundo e para o reconhecimento do português como língua de referência na cultura mundial; ... celebramos o escritor que percorreu o planeta, levando a outros povos e outras gentes a sua reflexão sobre a situação no mundo e cuja obra é ela própria uma conquista de Abril; ... celebramos a inteligência criadora, expressa na sua vasta e singular obra: mais do que um estilo, inventou um inovador ritmo oral na escrita, que não se limitou a narrar para os que liam, antes os convidou a participar ativamente na narração, desenvolvendo e devolvendo a história a todos aqueles que, fazendo-a, não a escrevem; ... celebramos a atribuição do Prémio Nobel da Literatura: um Prémio que abriu novas portas à projeção da literatura portuguesa no plano internacional, um Prémio que transformou Saramago num embaixador da cultura e da nossa Língua, que as projetou nos mais diversos cantos do mundo, numa intensa atividade, promovendo a reflexão não apenas acerca da sua própria obra, mas da literatura portuguesa, empenhado em mostrar a sua riqueza; um Prémio, uma obra e uma intensa atividade que serviram o nosso País, projetaram e prestigiaram a cultura portuguesa além-fronteiras, contribuindo para tornar a nossa Literatura uma referência respeitada e permanente, no*

*contexto da cultura literária universal. Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a dezoito de novembro de dois mil e vinte e dois, assinala o centenário de José Saramago, único Prémio Nobel da Literatura português, louvando o escritor e a sua vasta e singular obra de valor universal, onde está presente um olhar sensível e profundamente humano com um contributo inestimável para o alcance de valores como a liberdade, a democracia, a emancipação social, a solidariedade, a soberania, a paz, a cooperação e a amizade entre os povos, o respeito pela Natureza e a esperança, numa luta constante (e atual) por um Portugal e um mundo melhores”. Posto à votação, foi o presente voto de louvor **aprovado com dois votos contra e com três abstenções.** O Sr. Deputado do Chega, **ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** apresentou uma **Declaração de Voto**, destacando que: naturalmente que o Grupo Municipal do Chega vota contra este voto de louvor ou de saudação, o que quisermos chamar porque, e as palavras são para ser usadas, acho que isto é um absurdo. Portanto, vem o Grupo Municipal do PCP votar contra o vinte e cinco de Novembro de setenta e cinco, uma data marcante, uma data que acaba com o PREC, que acaba com uma ditadura de esquerda, que finalmente permitiu que Portugal vivesse numa democracia e não uma perseguição marxista leninista, que era o que se pretendia. E, depois, vem me propor um voto de louvor a alguém que defendia para Portugal o mesmo que vemos em Cuba, na Venezuela e na Coreia do Sul. É triste termos que assistir a isto. E daí o voto contra do Grupo Municipal do Chega”. O Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, **BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO** apresentou outra **Declaração de Voto**, referindo que: “Se este voto de louvor se tivesse restringido ao José Saramago, escritor, embaixador da língua portuguesa, Prémio Nobel da Literatura, certamente teria o voto favorável da Iniciativa Liberal. O que pretendia dizer com isto é que*

*misturando-se o Prémio Nobel da Literatura com o militante comunista e com o lutador, não nos revemos neste voto de louvor, portanto, votamos contra e achamos que não deveria ter feito essa miscigenação e deveria ser unicamente, e teria assim o voto favorável, o José Saramago, Prémio Nobel da Literatura, o homem das letras, o embaixador da língua portuguesa”. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** apresentar uma outra **Declaração de Voto**, realçando que: “Da nossa parte também queremos distinguir claramente aquilo que foi a carreira literária e artística de José Saramago, com a qual julgo que, apesar de ser subjetiva a avaliação e cada um gostar mais ou menos dessa mesma carreira literária, eu gosto, há pessoas que não gostam, ela não parifica, nem pode ser parificada, com a carreira política e com a sua participação célebre, famosa e mais do que documentada em alguns saneamentos, enquanto esteve à frente de alguns jornais em Lisboa. Portanto, acho que sim, a parte literária, o Nobel, a referência artística, merece esse louvor, não estamos a falar, obviamente, de uma Leni Riefenstahl, em que podemos gostar da obra, mas detestar a pessoa, mas de qualquer forma, não estamos a esse nível e, portanto, julgo que também não merece repúdio só por ser comunista e ter participado no lado errado da história naquele momento, mas também não queremos estar aqui a branquear uma situação que todos conhecem, que foi documentada, registada e que ainda há hoje muitas testemunhas que se queixam desse período, infelizmente mais triste”. Registou-se, depois, a intervenção do **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., DIOGO CARLOS MENDES ALMEIDA DA SILVA**, para apresentar um **Voto de Pesar** do seguinte teor: “Há personagens que nos cativam pela serenidade e eloquência com que atravessam os tempos, cronológicos e políticos. O Professor Adriano Moreira, dotado de uma capacidade intelectual exímia, de um humanismo ímpar, de uma visão moderna*

*do Mundo e de uma nobreza de pensamento foi, sem sombra de dúvidas, uma das figuras mais cativantes e consensuais da política portuguesa recente. Estadista e estudioso de assuntos de política internacional, destacou-se pelo seu percurso académico e político. Enquanto Ministro do Ultramar, aplicou uma série de reformas, tendo abolido o Estatuto do Indigenato, aprovado o Código de Trabalho Rural e abolido o regime de contratação. A sua oposição ao anterior regime, ditou-lhe o afastamento da política ativa. Regressou em mil novecentos e setenta e nove, para ser deputado à Assembleia da República e depois para liderar o CDS, entre mil novecentos e oitenta e seis e mil novecentos e oitenta e oito, com um genuíno sentido de entrega à causa pública e de dignificação dos valores inalienáveis da liberdade e da democracia. Professor, humanista e cientista social de referência, Adriano José Alves Moreira, foi detentor de um elevado sentido de serviço público, participante ativo no desenvolvimento do ensino superior em Portugal e na leitura informada e atenta da evolução das suas instituições. Ofereceu um notável contributo para o desenvolvimento e consolidação do ensino e da investigação na área das ciências políticas, detendo uma obra literária vasta, diversificada e com substancial impacto nos domínios académico, político e cívico. Sem favor, o Professor Adriano Moreira é uma referência incontornável para a história da sociopolítica em Portugal. Homem de causas e de saber, Adriano Moreira, deixou um legado e uma singular trajetória de vida forjada na inteligência, na sagacidade analítica e prospetiva. A gratidão impera quando a obra material e imaterial é de valor incalculável. O CDS, a Democracia e Portugal devem, a Adriano Moreira, enquanto Professor, Político, homem do Direito e Pensador, o agradecimento pela tolerância, a honradez, a nobreza, o humanismo, a humildade de reconhecer os erros, a coragem de fazer e de dizer. Como singela homenagem, o Grupo Municipal do CDS-PP apresenta um*

voto de pesar pela morte do Professor Adriano Moreira e propõe a esta Assembleia Municipal um minuto de silêncio em sua memória”. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado com cinco votos contra e com uma abstenção, seguido de um minuto de silêncio**. A **Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U., ANA FILIPA DUARTE MARTINS** apresentou uma **Declaração de Voto**, referindo que: “O Grupo da CDU votou contra este voto de pesar, porque, em nosso entender, não é indissociável de todo, porque não conseguimos desligar do resto da carreira e do percurso de Adriano Moreira, o facto de ele ter sido o responsável pela abertura do campo da morte do Tarrafal e, portanto, não nos revemos neste voto”. O **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** apresentou também uma **Declaração de Voto**, dizendo que: “exatamente da mesma forma e, apesar de entendermos que Adriano Moreira, depois do vinte e cinco de Abril, fez uma carreira tendencialmente sempre ligada à democracia e ao exercício e respeito pelos atos democráticos, esteve integrado também num partido democrático e fez, naquilo que entendemos, uma carreira literária também na área dele brilhante. É, portanto, um pensador provavelmente ímpar, no contexto nacional, mas também não esquecemos o seu papel na ditadura e aquilo que, infelizmente, foi obra dele e que aqui o PCP também trouxe, e não devemos, só por ser de um lado ou outro, deixar de relevar aspetos mais controversos e menos positivos dessas personalidades, porque julgo que difícil será morrermos todos anjos, mas, de qualquer forma, os demónios não desaparecem e convém aqui frisá-los e dizer que, não nos esquecendo dessas partes negativas, relevamos a parte positiva, sobretudo, e por isso votamos favoravelmente”. A **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA** informou que iriam ser apresentados mais votos de pesar que propunham a realização de um minuto de silêncio, pelo que esse minuto de silêncio seria comum a todos os votos de pesar

apresentados. O Sr. Deputado do P.A.N., **TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA**, interveio para dizer que, se calhar, o Sr. Deputado Filipe Melo não esteve na Conferência de Líderes onde definiram essa votação. Já tinham decidido que sempre que houvesse um conjunto de votos de pesar, que tivessem um minuto de silêncio, far-se-ia a junção dos mesmos, por uma questão de economia de tempo e de poupança de recursos, para não prolongarem muito aquelas reuniões e sabiam que aquela reunião iria ser longa. Portanto, pensava que, naquele caso, faria sentido juntar os minutos de silêncio, como a Mesa estava a sugerir. O Sr. Deputado do Chega, **ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** interveio para responder ao Sr. Deputado Tiago Teixeira, que: “se não estive na última Conferência de Líderes, não foi por falta de vontade. Estava a representar o país na Assembleia da República e não as inúmeras vezes que solicitei à Senhora Presidente da Assembleia Municipal que tentasse agilizar uma reunião de Conferência de Líderes para as segundas ou para as sextas, por forma a eu honrosamente estar presente, não ter sido concedido, não podia, dessa forma, estar presente e participar dessa decisão que, se estivesse presente, certamente iria contra. Podia não adiantar de muito no resultado final, mas estaria contra, obviamente”. A **SR<sup>a</sup>. PRESIDENTE DA MESA** informou que as aludidas reuniões eram marcadas em função da disponibilidade da maioria dos participantes. Foi posteriormente presente um **Voto de Pesar** pelo Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ORLANDO TRAVASSOS DE FREITAS ALCAIDE**, que relevava: “João José da Costa Pires. Para todos, o ímpar SENHOR João Pires. SENHOR, por extenso e em maiúsculas, porque João Pires era - é - verdadeiramente grande. No passado dia dezassete de outubro, a cidade de Braga acordou com a triste notícia da partida do SENHOR João Pires, deixando-nos no mesmo dia em que cumpria o seu octogésimo terceiro aniversário. E deixando-nos

*a todos com um profundo sentimento de comoção, pesar e saudade, pela perda de um autêntico Homem Bom de Braga. Tendo exercido durante vinte e quatro anos a função de Presidente da Junta de Freguesia, primeiro, da sua freguesia de São José de São Lázaro, e consecutivamente da sua União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, membro fundador e dirigente da Associação Nacional de Freguesias, e com uma riquíssima intervenção nos mais variados domínios da vida pública - cívica, social, religiosa e cultural -, o SENHOR João Pires foi um extraordinário e brilhante autarca, e era fundamentalmente um ser humano de exceção. Um Homem Bom na mais plena aceção da expressão, o que realmente era mais marcante, impressionava e era absolutamente singular no SENHOR João Pires, era o calor da simpatia e do afeto, o conforto do abraço e da proximidade, o compromisso da amizade, e a incomparável elegância do gesto e da palavra. No fundo, julgo que podemos dizer, com propriedade, e de forma simples, que o SENHOR João Pires era feito de uma fibra e de uma galhardia que já não há. O que indubitavelmente deixa em todos quantos tiveram a oportunidade de se cruzar e privar com o SENHOR João Pires, o sentimento e a consciência de terem sido privilegiados com a sua palavra e o seu gesto. Marido, Pai, Avô, Irmão, Tio, Sogro... Nas suas mais diversas figuras, o SENHOR João Pires era um homem de família. E, nas suas várias facetas, era essencialmente um cuidador. Dos seus. Do próximo. Da sua comunidade. A quem serviu sempre - sempre - com toda a dedicação, generosidade, humanismo e dignidade. E com irrepreensível e inestimável sentido de serviço público, o qual constitui um legado de ouro que deverá ser sempre um exemplo para todos. Há pouco mais de um ano, quando ainda desempenhava as funções de Presidente da Junta de Freguesia - e era, à data, o mais maduro de todos os Presidentes de Junta de Freguesia do País -, o SENHOR João Pires, numa entrevista num canal de televisão, confessava:*

*"Não queria e sempre pensei que não tinha grande vocação para ser autarca". Uma afirmação que não deixará de nos parecer a todos surpreendente, feita por alguém que fez parecer tão fácil e natural o exercício de funções públicas, e se tornou num autarca modelo. Ao SENHOR João Pires, ao grande homem e ao grande autarca, o nosso profundo muito obrigado. E o nosso até já. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em Sessão Ordinária de dezoito de novembro de dois mil e vinte e dois, delibera aprovar: Um Voto de Pesar, pelo falecimento de João José da Costa Pires, ex- Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto. O cumprimento de um minuto de silêncio, em memória do SENHOR João Pires. E que se dê conhecimento do presente Voto de Pesar, à família e à Freguesia".*

**Sr<sup>a</sup>. Deputada do P.S., PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA** interveio para realçar que: *"O grupo do Partido Socialista associa-se a este voto, reafirmando as características e a personalidade do Senhor João Pires, ex-Presidente da Junta de Freguesia de São Lázaro e nosso amigo. Recordamos o Sr. Pires como um homem bom, amigo. Amigo do amigo e sabia distinguir as situações da política, como as pessoais, sempre disposto a ajudar os outros. A sua dedicação à freguesia e a Braga e ao país, porque, como já aqui foi dito, fazia parte dos órgãos da ANAFRE, e sim, foi fundador da ANAFRE e da ADAFRE Associação de Freguesias do Distrito de Braga, da qual também tive muito orgulho e honra em fazer parte. Procurava sempre o melhor ambiente entre todos, independentemente do partido a que pertencesse. Por isso, o Partido Socialista presta também a sua homenagem a este autarca, a este homem, pela sua incansável dedicação e serviço em prol da causa pública e todo o trabalho desenvolvido ao longo da sua vida. Pela sua forma de ser, pela educação e dedicação, ficará para sempre na memória dos bracarenses. Manifestamos o*

nosso pesar pelo falecimento do Senhor Pires e transmitimos sentidas condolências à família e amigos que com ele se cruzaram e participaremos no minuto de silêncio”. Usou também da palavra o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., DIOGO CARLOS MENDES ALMEIDA DA SILVA**, para salientar que não valia a pena alongar-se, porque tinham uma intervenção do mesmo teor e, portanto, associavam-se, também, àquele voto de pesar, com toda a honra que o merecia. Seguiu-se a intervenção o **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO** para, a propósito, referir que desconhecia aquela parte do Regimento, porque pensava que para se associar teria que apresentar um documento e partia do princípio que votando, automaticamente se estaria a associar. Portanto, o Partido Popular Monárquico, como era óbvio, associava-se ao voto de pesar. Posto à votação, foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. A palavra foi dada ao **SR. JOÃO MANUEL TINOCO RIBEIRO DA SILVA, PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIA DE NOGUEIRÓ E TENÕES E SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA**, para proceder à apresentação de uma **Recomendação** do seguinte teor: “Num tempo em que todos encham a boca com o ambiente, a sua defesa e se pronunciam contra os impactos que nele se desenvolvem, vemos todos os dias as nossas terras e aldeias a serem devassadas com autênticos crimes ambientais sem que ninguém se importe ou fale disso. Mas venho aqui falar e fazer uma recomendação à Câmara Municipal de Braga, no sentido de se tentar acabar de vez com este flagelo, que muito desfeia todo o nosso concelho. Estou a referir-me concretamente às ramadas de fios que cruzam o espaço aéreo das nossas freguesias, colocados pelas operadoras de telecomunicações da Nós, Altice, Meo e Vodafone que de forma selvagem, digo eu, sem qualquer critério ou cuidado, plantam postes onde lhes dá jeito "sem dizer

água vai" e esticam fios por tudo quanto é Céu, criando autênticas ramadas ou estendais, que impedem um olhar limpo sobre as nossas lindas paisagens impedindo que se registre em fotografia os lindos pôr do sol ou os panoramas magníficos que os turistas que nos visitam querem levar consigo. Chegam ao cúmulo, porque lhe permitem, de deixar pendurados nos postes rolos de linhas desativadas que não poucas vezes se desprendem e se espalham nas ruas ou são aproveitados pelas crianças para criarem perigosos baloiços. Há situações em que loteamentos que têm eletricidade enterrada e possuem negativos para as telecomunicações, vêm de um dia para o outro nascer postes nas suas ruas simplesmente porque às operadoras não deu jeito usar as condutas subterrâneas. Outras situações de arranjos urbanísticos em que os promotores aonde se inclui a Câmara e as Juntas, fazem a distribuição energética no subsolo e a seguir chegam as telecomunicações e pintam os céus de riscos inestéticos. A desculpa de que enterrar os fios sai muito caro, perde razão quando vemos os lucros que essas empresas apresentam e quando nós, clientes, sabemos quanto pagamos para ter internet. A política do que dá mais jeito tem de ser travada. Há pois que tomar medidas urgentes para acabar com esta bandalheira. Nesse sentido, a Assembleia Municipal, reunida em dezoito de novembro de dois mil e vinte e dois, recomenda à Câmara Municipal que aprove uma postura que regulamente a instalação das infraestruturas de telecomunicações onde se inscreva que preferencialmente e sempre que possível estas sejam instaladas no subsolo". Usou da palavra o Sr. **Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para destacar que estavam, obviamente, solidários com aquela preocupação e com a necessidade de colocar alguma regra nestas situações. A única dúvida, e confessava a sua pessoal ignorância, apesar de conhecer minimamente a lei das comunicações eletrónicas, era até que ponto a Câmara Municipal podia,

efetivamente, condicionar essas instalações, porque as empresas de telecomunicações tinham uma grande abertura, por parte da lei, como dizia aqui há pouco o Sr. Deputado João Tinoco, para porem e disporem, como bem entendessem, a não ser que houvesse algum tipo de problemas ou algum tipo de risco, relativamente ao património cultural, ou a bens do domínio público que estavam protegidos. A única condicionante que colocava ali à discussão era garantirem que aquela recomendação estivesse nos estritos limites da lei. Voltou a intervir o **SR. JOÃO MANUEL TINOCO RIBEIRO DA SILVA, PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIA DE NOGUEIRÓ E TENÕES E SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA**, para salientar que muito menos que o anterior orador, percebia de leis, mas sabia que as telecomunicações tinham de pedir uma licença à Câmara. Portanto, se tinham de pedir uma licença à Câmara, o licenciamento tinha de estar regulamentado. Posta à votação, foi a presente recomendação **aprovada por unanimidade**. O Sr. Deputado da **Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, usou da palavra para apresentar uma outra **Recomendação** subordinada ao tema “Mais Transparência no Recurso ao Crédito pela Câmara Municipal de Braga”, que referia: “O princípio da transparência está determinado em diversos normativos legais, tendo inclusive consagração na própria Constituição da República Portuguesa, no Código do Procedimento Administrativo e na Lei de Acesso a Documentos Administrativos. Segundo o Professor Luís Colaço Antunes, uma Administração transparente deve pautar-se pela “comunicação, a publicidade e a proximidade”, na medida em que uma “Administração que comunica” é a que “aceita dar a conhecer o sentido das suas decisões.” A transparência, no que diz respeito à divulgação pública e de fácil acesso a todo o tipo de informação, aproxima os eleitos da classe política. Nesse sentido, a Iniciativa Liberal propõe a esta Assembleia Municipal que

*recomende à Câmara Municipal de Braga que quando esta contraia um empréstimo de médio e/ou longo prazo, ou de curto prazo com carácter de renovação, devem ser prestadas de forma pública, através divulgação no site institucional, as seguintes informações: Descrição pormenorizada da obra ou serviço a ser realizado; Exposição dos motivos para execução da obra, aquisição de bens, ou contratação de serviços por parte do Município; Cronograma da execução da obra ou serviço; Indicação das dotações que serão impactadas para o pagamento da dívida a ser contraída; Indicação dos recursos financeiros necessários para pagamento da dívida a ser contraída; Indicação da entidade bancária onde foi ou será contraído o mútuo. A Iniciativa Liberal tem presente que no site do Município, na parte relativa à transparência consta uma ínfima informação sobre esta matéria, sendo que o que pretendemos é que a informação prestada seja muito mais abrangente e esclarecedora, daí a apresentação desta recomendação”.* Colocada à discussão, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para dizer que não percebia muito bem qual era o alcance daquela proposta da Iniciativa liberal, porque não havia Município nenhum no país que subscrevesse créditos sem estar perfeitamente validado, quer nas reuniões de Câmara, pela sua apresentação, pela sua validação e fiscalização, por parte dos órgãos competentes e, portanto, não conseguia alcançar qual era verdadeiramente o alcance e qual era a verdadeira intenção da Iniciativa Liberal, porque tanto quanto era do seu conhecimento, não havia dívidas ocultas na Câmara Municipal e, apesar de haver alguns que consideravam que as dívidas se geravam, iam pagando, iam-nas subscrevendo, mas também as iam pagando. Portanto, não conseguia, sinceramente, perceber qual era o problema da Iniciativa Liberal em matéria de transparência. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal**,

**BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO**, para esclarecer que não estavam a colocar em causa a legalidade do procedimento, do empréstimo, fosse o que fosse. Era dar acesso, dar conhecimento aos bracarenses do que se estava a contrair em cada situação em concreto. Era isso ser publicitado no site do Município, não obstante o facto de ir à reunião de Câmara, isso tinha que constar no site do Município. Não estava em causa de maneira nenhuma a legalidade. O que queria era que constassem todas essas informações. As minutas das atas só tinham uma parte da informação, não tinham elencados todos esses pontos que referiu na recomendação. Posta à votação, foi a presente recomendação **rejeitada com trinta e sete votos contra, com vinte e nove abstenções e com dois votos a favor**. Passou-se, depois, à apresentação de uma outra **Recomendação pelo SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, relacionada com a criação de uma equipa técnica no Município de Braga para apoio à elaboração de propostas de desagregação, que dizia: “A Lei número vinte e dois barra dois mil e doze, de trinta de maio, que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, e a Lei número onze A barra dois mil e treze, de vinte e oito de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das Freguesias, foram duas iniciativas legislativas do governo PSD/CDS, promovidas pelo então Ministro Relvas, que alteraram a vida das freguesias e, conseqüentemente, dos seus fregueses, sem serem "ouvidos ou achados", como costuma dizer o povo. À data, esta Assembleia também se pronunciou sobre a presente matéria. Por maioria, votou contra a agregação das freguesias. Convém ainda destacar que todos os Presidentes de Junta, à época, independentemente da cor partidária, votaram contra a agregação das freguesias. Como, na altura, a Câmara Municipal de Braga não apresentou uma proposta de

agregação, a mesma obedeceu à aplicação dos critérios da norma sem adequação às circunstâncias e características de cada uma das autarquias, "a régua e esquadro" como então se dizia, criando vicissitudes que todos hoje conhecemos. Muitas vezes, é como diz o povo "o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita". A aprovação da Lei número trinta e nove barra dois mil e vinte e um, de vinte e quatro de junho, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de Freguesias, revogando a Lei número onze - A barra dois mil e treze, é por isso uma excelente oportunidade para resolver um problema que, em muitas freguesias, se vai eternizando. Abriu-se assim a oportunidade para as freguesias, desde que cumpram determinados requisitos, poderem reverter a agregação. Todavia, esta lei, na nossa opinião, é omissa e pouco clara em vários domínios e conceitos, com a agravante de limitar a oportunidade, caso seja a vontade da população (aqui representada na assembleia de freguesia), de reverter a agregação por questões de número de eleitores (artigo sétimo, alínea a), do número um) e de dimensão do seu território (artigo sétimo, número dois). Embora algumas Uniões de Freguesias, neste momento, à luz da lei em vigor, não possam desagregar, há outras que já o podem e querem fazer. Porém, a elaboração da proposta de desagregação é muito complexa e técnica e implica a construção de documentos que obrigam à consulta de especialistas em contabilidade pública, toponímia, direito, entre outros. Ao contrário de outros concelhos, o Município de Braga, até à data, não disponibilizou/ofereceu quaisquer serviços de apoio às Assembleias de Freguesia que queiram elaborar uma proposta de desagregação válida, organizada, com dados e fontes credíveis, cumprindo todos os requisitos previstos na lei em vigor. Assim, o Executivo da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, na Assembleia Municipal de dezoito de novembro de dois mil e vinte e dois, recomenda à Câmara Municipal de Braga que: Um - Seja criada e

disponibilizada uma equipa técnica de apoio às assembleias de freguesia para elaborar e organizar a proposta de desagregação nos termos da lei, podendo até acrescentar que essa poderá também apoiar a Comissão que tem trabalhado afincadamente sobre esta matéria que tem suscitado muitas discussões, muito debate, mesmo com o acompanhamento de especialistas nesta matéria. Dois - Tendo em conta o prazo limite para iniciar o processo de desagregação no âmbito do artigo vigésimo quinto, dê, desde já, instruções aos serviços camarários para serem céleres nas respostas aos pedidos de documentação existentes nos seus arquivos e serviços, nomeadamente na cedência de plantas topográficas”. Usou, a este propósito, da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para: “ mais uma vez e agradecendo a oportunidade de vir nesta fase falar deste assunto, sendo certo que provavelmente teremos a oportunidade de nos debruçarmos sobre ele mais à frente, quero dizer que esta foi uma questão que também já fomos abordando de forma informal, dentro da comissão que se vai ocupando desta matéria e, como pontos prévios, o que queria dizer é que percebemos as dificuldades que aqui foram trazidas, por parte do Senhor Presidente de Junta de Real, Dume e Semelhe que, de resto, são partilhadas pela generalidade dos Presidentes de Junta deste concelho. Ponto número dois, esse tipo de dificuldades, como aqui foi bem sublinhado, prende-se muito mais com a falta de clareza da lei e com os problemas que esta mesma lei tem e que faz com que conceitos indeterminados ou conceitos mais difíceis de definir, nomeadamente o erro manifesto e outros que estão presentes na lei, tornem praticamente indecifrável qual era a vontade do legislador para garantir a tal via mais ou menos aberta para que houvesse a desagregação. Ponto número três, consideramos aqui, agora, como consideraremos mais à frente, se chegarmos a esse ponto da ordem de trabalhos, que o papel principal aqui cabe à

*Assembleia da República, por um lado, que tem obviamente de se deter sobre esta matéria e dentro daquilo que é possível clarificar, o que não está clarificado, até porque não temos, e isso também já debatemos na Comissão, sequer um histórico, portanto não há, até ver, processos que tenham sido decididos pela Assembleia da República em que nos pudéssemos basear e, nomeadamente os Senhores Presidentes de Junta, as Assembleias de Freguesia, os movimentos de cidadãos que assim queiram promover essa desagregação, se pudessem basear para virem dizer, é este o tipo de erros manifestos que temos de vir arguir, para que, no quadro deste procedimento especial, no artigo vigésimo quinto, se pudessem desagregar e voltassem à solução original de dois mil e treze. O ponto aqui em que temos mais dúvidas, é se esta necessidade de um apoio focalizado nas Juntas de Freguesia deve ou não sair das Câmaras Municipais, nomeadamente da nossa Câmara Municipal. Primeiro, por um ponto mais abstrato, mas que também é importante, que tem que ver com o facto de poder haver câmaras municipais que não concordem com o processo de desagregação aqui e ali, estão assim a providenciar meios do erário público, nomeadamente através dessa assessoria, para que outros, nomeadamente as Juntas de Freguesia, possam levar a cabo esse trabalho de desagregação. Depois, porque se a lei é assim tão má que uma Junta de Freguesia não consegue, com os seus próprios meios, ou através da assessoria eventual que possa vir a obter, empenhando os seus meios financeiros para chegar a essa desagregação, não vemos como possa a Câmara Municipal adicionar aqui algo que verdadeiramente tenha interesse para essas Juntas de Freguesia e que possa permitir mais facilmente essa desagregação. E, portanto, por estas razões, em que claramente não estamos à vontade com o facto de estarmos a recomendar mais uma vez ao Município que empenhe os seus meios, que empenhe os seus recursos humanos e que, obviamente, faça com que o tempo*

da autarquia e desses técnicos seja disponibilizado às Juntas de Freguesia, apenas para este efeito, porque temos dúvidas sobre isso e sobre se efetivamente cabe aos municípios arcarem com essas consequências financeiras e não, por exemplo, às Juntas de Freguesia ou ao próprio Estado Central, porque se o Estado Central e se a Assembleia da República criou uma lei nestes termos, deveria, por exemplo, permitir ou obrigar a própria DGAL, por exemplo, a facultar aos Senhores Presidentes de Junta que assim quisessem, o apoio necessário, nomeadamente do ponto de vista logístico, do ponto de vista jurídico, de assessoria, para que eles pudessem, no fundo, navegar por estas águas turvas que esta lei nos traz. E só por essa razão não votaremos a favor, abster-nos-emos sobre esta matéria, tendo em consideração os argumentos que aqui trouxe, que não têm rigorosamente nada a ver com a vontade e com a legítima vontade, diga-se dessas Juntas de freguesia se poderem desagregar”. Usou novamente da palavra o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para dar algumas respostas ou pelo menos fazer algum comentário àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado João Marques. “A nossa Câmara, aprovou agora uma moção no sentido de pedir a alteração da própria legislação e esclarecimento de alguns dados para a Assembleia da República. Depois há outro dado, muitas vezes a própria Junta de Freguesia pode não querer, mas os membros da Assembleia podem querer e os membros da Assembleia não têm disponibilidade, portanto, poderá haver aqui um apoio. E, em último caso, a própria Comissão e a própria Câmara Municipal terão também que analisar e dar um parecer sobre as propostas que irão aparecer. E tem que ser como foi o parecer dado para a proposta de Morreira e Trandeiros, portanto, tem que também consultar a DGAL. Mas penso que poderia ter uma equipa técnica que apoiasse a nossa comissão,

*que apoiasse a própria Câmara Municipal e, se possível, apoiar também as assembleias de freguesia que não têm qualquer apoio sustentável. Posso dizer que mesmo como Junta de Freguesia, estamos a trabalhar no nosso processo de desagregação, mas para fazer um estudo financeiro fidedigno ou minimamente fidedigno, vamos ter que desembolsar algum dinheiro, porque não é só consultar as contas, não chega só consultar as contas antes da agregação, as contas depois da desagregação, com todas as alterações, é preciso fazer um estudo financeiro válido. E, por isso, penso que a Câmara Municipal, se tivesse, se nos pudesse dar algum apoio, nomeadamente, por exemplo, naquilo que também foi há pouco aqui retratado no fornecimento de plantas topográficas à escala exigida nos termos da lei, já seria uma grande ajuda e também para os membros das assembleias”. Posta à votação, foi a presente recomendação **aprovada com quarenta e nove votos a favor e com vinte e três abstenções**. Foi apresentada uma **Declaração de Voto** pelo Sr. Deputado do Aliança, **JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA**, referindo que: “o Partido Aliança absteve-se, assumindo que esta decisão, naturalmente cabe às freguesias, é um tema da maior importância, mas fica por demais evidente que esta é mais uma daquelas marcas deste governo, que promete tudo para todos, fica sempre por resolver o dinheiro, os recursos, quem faz e como se faz. E parece-me que, independente de ser a Câmara, de serem as Juntas de Freguesia, o que está aqui em causa não é o processo em si, é a forma como ele vai ser feito e qual é a capacidade e quem é que o vai fazer. Por isso, aquilo que gostaríamos naturalmente que acontecesse é que o processo funcionasse numa forma natural, que os Presidentes de Junta não tivessem que, a esta altura, mendigar apoios para coisas tão básicas que deveriam estar previstas, que não houvesse uma freguesia como Morreira e Trandeiras que estão votados a uma situação, diria, no mínimo caricata, porque não podem continuar o vosso processo naturalmente, porque não*

cumprem um dos requisitos. E parece-me que isto tudo era uma situação perfeitamente evitável se não fosse feita desta forma atabalhoada, e repito, é uma marca deste governo, tudo para todos, fica sempre por resolver o dinheiro e os recursos para resolver a situação. O Sr. **Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO** apresentou também outra **Declaração de Voto**, destacando que: “O PPM votou favoravelmente este ponto. No entanto, votou favoravelmente, porque considera que esta desagregação de freguesias é uma comédia trágica, porque não vai dar a lado nenhum. Se há críticas efetivamente da forma como foi feita a agregação de freguesias, que são em alguma parte legítimas, também temos que reconhecer que o Município da altura ou o Executivo da altura, ao lavar as mãos como Pilatos, também não fez grande bem. A Assembleia da altura não fez bem. A Assembleia da altura, todos os membros da Assembleia dessa altura não fizeram bem, tanto é que, agora, querem fazer o contrário. O que acontece é o seguinte: o primeiro passo que deveria acontecer para esta situação acontecer, era saber o que é que as freguesias pensam. Portanto, não tem lógica nenhuma uma descentralização centralizada, que é o que estão a fazer, porque na realidade, meia dúzia de votantes numa freguesia, podem decidir por uma freguesia inteira. Esta é que é a realidade desta lei. O problema é que nós, para variar, andamos com o carro à frente dos bois e não nos podemos esquecer que as freguesias são o órgão governativo de Portugal mais antigo, porque na realidade vem do tempo do primeiro rei de Portugal. Na altura chamavam-se comunas ou comunidades, mas hoje em dia chamam-se freguesias. Mas a forma como aquilo é pensado, é a forma da população ter o direito sobre a decisão das suas próprias terras e isso não acontece. O primeiro passo seria saber o que é que realmente as populações pensam e só depois é que se podia decidir. E quem deveria pagar os custos do Decreto-Lei, seria o Estado

*Central, só que o Estado Central costuma varrer tudo para dentro dos municípios, o que também está incorreto. Porque, na realidade, está a onerar um custo do orçamento municipal, quando na realidade esse custo do orçamento municipal devia ser do custo do Orçamento de Estado”. Usou depois da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., **MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para noutra **Declaração de Voto** referir que a sua declaração de voto não iria ser tão polémica como as anteriores. O essencial daquela proposta era que efetivamente se cumprisse o desejo das populações e dos fregueses e apesar da lei ter muitos entraves e todos sabiam desses entraves, o que tinha que ser resolvido na Assembleia da República, na Câmara e nas Assembleias Municipais, deveria apoiar aquilo que efetivamente os fregueses queriam e desejavam para o seu futuro e que deveriam livremente decidir o seu futuro governo em situações análogas. Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para, em defesa da honra e da reposição da verdade, referir que: “ foi aqui dito e penso que não foi por maldade, que em dois mil e treze, quando nos pronunciamos sobre esta matéria, que nos portamos muito mal, que não fizemos bem. Na altura, era também aqui representante da freguesia de Gualtar neste órgão e, portanto, votei de forma consciente contra uma lei que, ao contrário do que aqui alguns vieram dizer, também não ouviu nada, nem ninguém. E portanto, também foi tudo feito, e reportando-me ao Sr. Deputado ao Carlos Vaz, sem ouvir nada nem ninguém. Uma bandalheira completa, como aqui já foi dito e que revoltou muitas pessoas, tendo havido até um movimento popular, muito consciente, que nos levou em protesto, nomeadamente até à Assembleia da República. E, portanto, quando votámos aqui neste órgão, a questão de não agregarmos nenhuma das freguesias, fizemo-lo de forma consciente e foi feito por todas as sessenta e duas freguesias e mesmo muitas delas eram de várias*

colorações políticas diferentes e, portanto, fizemos em consciência. Como era eleito e, se calhar, também defendendo a honra daqueles que estavam aqui, fizemo-lo de forma consciente, percebendo que efetivamente não iria haver benefício, nem vantagem nenhuma para esta agregação e, portanto, é repor a verdade. Pode-se, agora, discutir que o processo poderia ter tido outra ordem, mas a verdade é que em teoria poderíamos agrega-las todas, poderíamos agregar metade das freguesias e poderíamos não agregar nenhuma. É a vontade dos eleitos e dos representantes, e assim foi nesta Assembleia Municipal, há uns anos, depois da publicação dessa lei”. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES**, para proceder à apresentação de uma **Recomendação** do seguinte teor: “Os Pensadores são grandiosos. Mas os Fazedores é que mudam o Mundo! Enquanto se aguarda pacientemente que o Estado Central, através das Infraestruturas de Portugal, lance o concurso público para a reformulação do Nó de Infias, importa refletir sobre como tornar a Mobilidade mais sustentável, mais inteligente e mais descarbonizada no concelho de Braga. De acordo com um Estudo de Tráfego, o Nó de Infias regista um fluxo de cento e dez mil veículos diários, assegurando a interligação entre a EN cento e um e a EN catorze, captando os fluxos de tráfego com origem ou destino nos concelhos a Norte de Braga, com destaque para Vila Verde, Amares, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Ponte de Lima entre outros, distribuindo-os através da Avenida António Macedo e diretamente para o Centro de Braga. Esta pressão automóvel cria enormes constrangimentos à população bem como aos utilizadores de importantes serviços públicos, como é o caso das escolas, universidades e do Hospital de Braga, para o qual referenciam mais de um milhão de utentes. Não obstante o impacto positivo que a planeada reorganização do Nó de Infias possa ter no alívio desta pressão, o facto é que não

*irá resolver a causa do problema. Ou seja, enquanto as ruas e as vias urbanas continuarem a ser vias intermunicipais de atravessamento e servirem como acessos principais às autoestradas A três e A onze, o trânsito não terá acalmia significativa em Braga. Tal como já há vários anos reclama o Presidente da Câmara, Ricardo Rio, só a intervenção estruturante na “Variante do Cávado, que na sua plenitude terá cerca de cinco quilómetros de extensão, será um elemento dissuasor do fluxo de trânsito no acesso à Cidade e, ao mesmo tempo, uma alternativa para quem tiver que se deslocar para as Freguesias de Frossos, Real ou Merelim, sem ter que passar pelo centro de Braga, nomeadamente pelo Nó de Infias”. Em boa hora o Município de Braga lançou e concluiu o segundo troço da Variante do Cávado, que permite a ligação da EN duzentos e um à Freguesia de Frossos numa extensão de mil cento e trinta e quatro metros e cuja obra ascendeu ao valor de um virgula seis milhões de euros. Mas falta fazer o resto! Falta ligar Frossos a Ferreiros, isto é, ao nó rodoviário existente na zona do E. Leclerc. Esta sim é a obra mais indispensável para a melhoria da mobilidade em Braga. Com a extensão da variante até Ferreiros, boa parte do trânsito seria desviado do centro, devolvendo a Cidade às pessoas e criando condições efetivas para aí se implementarem os modos suaves de mobilidade, mais descarbonizados, mais sustentáveis e, obviamente, mais saudáveis. Estamos certos de que com a concretização desta intervenção aludida se assistiria a uma melhoria significativa da pressão de trânsito na cidade. Consequentemente, dar-se-ia um salto muito positivo nas condições dos condutores, do peão, nas atividades socioeconómicas implementadas no território. Haveria uma melhoria substancial na dimensão ambiental e económica, na saúde pública e, sobretudo, na qualidade de vida da população. Perante as evidências, urge que as Infraestruturas de Portugal encetem a concretização do projeto que se prende com a ligação da variante do*

*Cávado entre os “Nós” de Frossos e de Ferreiros com a decorrente confluência na autoestrada. Um dos estudos realizados sobre a matéria em questão aponta para um custo mínimo aproximado de dez milhões de euros. Como é óbvio, o montante deste investimento tem de ser assegurado pelo Governo da República e não pela Câmara de Braga. Se há dinheiro, no orçamento de Estado e no PRR, para melhorar as vias rodoviárias das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, será que Braga, enquanto terceiro centro urbano mais importante do país, não merece idêntica consideração? A nossa região também é Portugal e não pode continuar a ser discriminada. Dadas as circunstâncias caóticas que se fazem sentir diariamente, o Governo tem a obrigação de acelerar a concretização da presente ligação que, à semelhança do Nó de Infias, abrange vários Municípios da região do Norte de Portugal. Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP apresenta à presente Assembleia a seguinte recomendação: que os deputados de todos os partidos, eleitos pelo distrito de Braga, levem esta problemática à Assembleia da República, cumprindo com a obrigação de defender quem os elegeu; que o Governo da República considere a conclusão da Variante do Cávado como uma prioridade urgente no plano de investimentos rodoviários. Acreditamos que é possível recuperar rapidamente o tempo perdido. Haja vontade e iniciativa política para tomar as decisões que se impõem”. Registou-se a intervenção da **Sr.<sup>a</sup> Deputada do P.S., PALMIRA MACIEL FERNANDES DA COSTA**, para realçar que era inédito, uma recomendação para que os Deputados do distrito fizessem chegar à Assembleia da República aquela reivindicação. “É evidente que os Deputados e, neste momento, falo por mim, há aqui outros, é isso que fazem todos os dias, é levar, é estar atento e levar as preocupações de os bracarenses e a partir do momento em que somos Deputados do país todo, porque o Deputado é um Deputado de Portugal e, da minha parte, sim, o farei, como faço sempre, em*

tudo o que seja para melhorar a qualidade de vida dos bracarenses. Este é o meu propósito, esta é a minha vontade e sou Deputada para defender os interesses de Braga e do país e, por isso, sim, da minha parte, levarei a recomendação que me foi entregue hoje e, por isso, vamos votar favoravelmente a recomendação. Pena tenho que não tenha vindo a tempo de se discutir o orçamento, como sabem vai ser votado para a semana, durante a semana toda e, neste momento, as propostas já estão fora de prazo, por isso, não funciona como sendo uma proposta para aumentar a verba no orçamento, mas também não faz diferença, levaremos a recomendação”. O Sr. Deputado do Chega, **ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, interveio para, a propósito, dizer que: “Relativamente à recomendação do Sr. Deputado Carlos Neves, do CDS, que faz todo o sentido e que nos vamos associar a ela, gostava de acrescentar só um bocadinho mais ao que disse a Sr<sup>a</sup>. Deputada Palmira Maciel, relativamente às propostas que possam chegar para alterar o orçamento. Sabemos que isto é, com o devido respeito, uma falácia, porque qualquer proposta, e foram várias e posso trazer a esta casa, para comprovar. O grupo parlamentar do Chega, apresentou da alteração ao orçamento que visava a melhoria da cidade de Braga, foram por questões meramente ideológicas, chumbadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que se esqueceu do interesse superior da população e, neste caso, de Braga, olhando apenas à carga ideológica. Portanto, Senhora Deputada, com o devido respeito, lhe digo que o que disse aqui não corresponde de todo à realidade. Em relação ao Nó de Infias, não posso estar mais de acordo. Agora vamos lá ver, o Nó de Infias é competência das Infraestruturas de Portugal, que está na alçada do Ministério das Infraestruturas e Habitação, que é o Ministério que mais gralhas comete neste Governo, a começar com a TAP, passando pelo aeroporto, pela ferrovia que, mais uma vez, Braga fica para segundo plano,

porque o que interessa é a ligação Porto-Lisboa com ligações a Madrid. Portanto, Braga mais uma vez fica fora do mapa. Para o tranquilizar, o Grupo Parlamentar do Chega, temos tomado todas as diligências com o propósito de alavancar Braga e de colocar Braga no lugar que merece de grande destaque no mapa nacional. Infelizmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não o tem permitido”. Posta à votação, foi a presente recomendação **aprovado com seis abstenções**. Seguiu-se a apresentação de uma **Declaração Política**, pelo **Sr. Deputado do Aliança, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA**, que revelava: “As políticas públicas europeias e nacionais, no ciclo pós covid e nomeadamente o PRR, assentam em três grandes eixos: a resiliência, a transição climática e a transição digital. Têm como grande objetivo a retoma, o crescimento económico sustentado e também políticas para a próxima geração, crianças e jovens, nas áreas da educação e de competências. É neste aspeto que o Aliança identifica uma enorme vulnerabilidade nestas políticas, não considerando a população sénior, uma parte importante e crescente da nossa população, que terá naturais dificuldades em acompanhar, especialmente no que se refere à transição digital. É neste contexto que o Aliança anuncia o Roteiro para a Humanização da Tecnologia e não faremos uma recomendação nesta Assembleia Municipal, não pretendemos ser donos da ideia, queremos sobretudo alertar para o que entendemos ser uma enorme injustiça e alertados, todos, os membros da AM, nas Juntas de Freguesia e outros órgãos, para que possamos ajudar a mitigar o impacto que poderá ter nestas pessoas e fazermos um trabalho, conjunto e de proximidade, que permita capacitar os nossos adultos e séniores para o uso da tecnologia, de uma forma adequada e dando-lhe a utilidade possível para melhorar as suas competências e a sua qualidade de vida. Destaco dois exemplos, bem concretos: Um idoso que precisa de renovar a receita habitual, pode fazê-lo

*através da aplicação do SNS vinte e quatro, sem a necessidade de se deslocar ao centro de saúde, não incorrendo no custo do viagem, sem incómodo do tempo de espera e, importante numa altura em que os números da covid aceleram, evitando a concentração de pessoas e o contacto com potenciais infeções. Um qualquer munícipe, jovem, adulto ou sénior que necessita de ir a um serviço público, pode marcar a sua vez através da aplicação SIGA e evitar, como tantas vezes assistimos, às pessoas durante a madrugada, à porta de alguns serviços para garantirem ser atendidos. É desumano! O cenário com a atualização do IBAN para aceder aos apoios do governo, é dantesco numa sociedade da informação e em pleno ano de dois mil e vinte e dois. Temos de agir e podemos contribuir com pequenas ações, que poderão ter um enorme impacto na vida das pessoas. A estrutura concelhia do partido Aliança, durante os próximos dois anos, vai levar a cabo a iniciativa Roteiro para a Humanização da Tecnologia e gostaríamos fazê-lo em articulação com o Município e com as Juntas de Freguesia”. O Sr. Deputado do Chega, **ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, apresentou outra **Declaração Política**, que revelava: “Gostava só de fazer uma pequena referência a um ataque vil que assistimos nestes dois dias que passaram às forças de segurança do nosso país. PSP, GNR, Polícias Municipais que são acusadas de tudo e de mais alguma coisa. Mas reportando-nos a Braga, é importante dizer que ainda vivemos numa cidade segura e isso deve-nos orgulhar. As forças de segurança, GNR, PSP, Polícia Municipal de Braga estão a fazer um grande trabalho e a prestar um grande serviço à população bracarense. Não obstante entendermos que se na PSP e na GNR compete ao Ministério da Administração Interna e ao Governo definir a remuneração destes agentes, à Polícia Municipal compete ao Executivo Municipal e entendemos que quem mete, quem presta um serviço, quem dá a sua vida em prol da defesa de uma população,*

merecia muito mais do que as tabelas salariais refletem. Portanto, isso teremos oportunidade na discussão do orçamento de falar sobre isso mesmo. No entanto, não podia deixar passar em claro e mostrar toda a nossa solidariedade e todo o nosso agradecimento às forças de Segurança, PSP, GNR e Polícia Municipal de Braga”. Foi dada a palavra ao **Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO**, para fazer uma **Interpelação à Mesa**, do seguinte teor: “Foi votada, por maioria significativa desta Assembleia Municipal, incluindo todos os autarcas de freguesia, uma recomendação que propunha intervenção urgente do município nas delegações de competências das refeições, Atividades de Apoio, Animação à Família e da Componente de Apoio à Família, nomeadamente nos valores pagos e nos recursos postos à disposição das mesmas. Para além disso apelou-se, nesta matéria, ao carácter de urgência porquanto ainda existem delegações de competências cuja assinatura do acordo, por parte das Freguesias, depende da efetivação de algumas das recomendações aprovadas. Assim, vem o grupo parlamentar do Partido Socialista interpelar a mesa sobre os desenvolvimentos da recomendação aprovada e quais as medidas que serão adotadas”. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA** informou que recebeu a Recomendação, remetendo-a ao Sr. Presidente do Executivo Municipal e não se obteve qualquer resposta. Não estava prevista a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal no Período Antes das Ordens do Dia. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DAS ATAS DO DÉCIMO TERCEIRO MANDATO NÚMERO DEZ BARRA DOIS MIL E VINTE E DOIS, DE TRINTA DE SETEMBRO E NÚMERO ONZE BARRA DOIS MIL E VINTE E DOIS, DE CATORZE DE OUTUBRO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um, da Lei número

*setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as atas do décimo terceiro Mandato número dez barra dois mil e vinte e dois, referente à sessão ordinária de trinta de setembro e número onze barra dois mil e vinte e dois, relativa à sessão extraordinária de catorze de outubro. Postas à votação foram as referidas atas **aprovadas por unanimidade. PONTO NÚMERO DOIS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA PARA DOIS MIL E VINTE E TRÊS.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e oito de outubro do ano em curso, relativa aos documentos previsionais de gestão para o ano de dois mil e vinte e três, que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Colocado à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO,** para destacar que: “Esta Câmara discute e vota hoje os documentos apresentados pelo executivo relativos ao Orçamento para o ano dois mil e vinte e três e as Grandes Opções do Plano. As Grandes Opções do Plano serão o fio condutor na ação social, económica, cultural e política para os próximos anos, que ambicionam alinhar as políticas do município com as aspirações dos bracarenses. Entendemos que o contexto atual é exigente e marcado ainda por incerteza quanto à sua evolução, o que impõe, sem prejuízo da elaboração dos previsionais numa perspetiva positiva e de reforço da atuação do Município, uma monitorização próxima da execução com oportuna tomada de medidas corretivas no necessário e em linha com o que for acontecendo. Atentas as premissas já sumariadas, as regras aplicáveis e a melhor informação disponível que pode ser angariada para*

*o processo, a estimativa orçamental para o ano dois mil e vinte e três é de cento e sessenta e cinco milhões de euros com uma variação da ordem dos mais trinta e três milhões de euros / mais vinte e cinco por cento face ao Orçamento inicial de dois mil e vinte e dois. Do total da receita, sendo cento e trinta e cinco milhões de euros relativos a receitas de natureza corrente (oitenta e dois por cento) e trinta milhões de euros (dezoito por cento) de natureza de capital, com uma variação de mais trinta e três milhões de euros face ao previsto no Orçamento inicial de dois mil e vinte e dois distribuídos pela receita corrente (mais vinte e seis vírgula cinco milhões de euros) e de capital (mais seis vírgula sete milhões de euros). A receita de capital estimada no Orçamento de dois mil e vinte e três apresenta uma variação de vinte e oito vírgula sete por cento face ao do ano anterior. A dinâmica estimada para as receitas decorre essencialmente dos seguintes agregados e previsões orçamentais: Impostos Diretos – é estimada uma variação de quatro vírgula dois milhões de euros (mais oito vírgula dois por cento) em linha com as projeções de crescimento do PIB e respetiva aceleração em dois mil e vinte e três, com forte contributo da procura interna, com reflexo na projeção de uma evolução positiva da receita associada a impostos. Taxas, Multas e Outras Penalidades – a estimativa para dois mil e vinte e três incorpora uma variação da ordem dos mais um vírgula dois milhões de euros (mais dezassete vírgula oito por cento); Transferências Correntes – Este agregado apresenta uma variação da ordem dos mais dezanove vírgula sete milhões de euros (mais cinquenta vírgula oito por cento) apoiado no crescimento das transferências relativas às transferências de competências da Educação (mais vinte e dois milhões de euros), Saúde (mais dois vírgula seis milhões de euros) e Ação Social (um vírgula um milhão). Este não seria um Orçamento apresentado pela Iniciativa Liberal. E porquê? Um orçamento reflete opções, que conseguirão, ou não, dar resposta aos*

*desafios e às mudanças necessárias. E, perante os problemas de quem vive, trabalha ou estuda em Braga, impunha-se um orçamento capaz de os resolver, com vista a uma cidade mais equilibrada, sustentável e justa, em que o direito à cidade seja para todos. Braga precisa de uma política municipal direcionada para fazer face às maiores necessidades dos Bracarenses, desde logo uma política fiscal mais amiga das famílias e das empresas, uma grande descentralização nas freguesias, respostas às questões da mobilidade e celeridade nos serviços camarários. Este não é o nosso Orçamento, preferíamos um sinal de descida da carga fiscal, de descida do número de taxas, de implementação do seguro municipal de saúde, de criação de uma verdadeira rede ciclável, uma resposta à falta de espaços industriais e envidar todos os esforços para que se avance para a criação de parques tecnológicos. O nosso programa de redução da carga fiscal autárquica passaria, na medida do possível, garantindo sempre uma gestão responsável dos recursos por: Reduzir o IMI para o valor mínimo legal: zero vírgula três por cento; Implementar a isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis para prédios urbanos destinados ao arrendamento, sendo obrigatório que o contrato de arrendamento tenha um prazo igual ou superior a cinco anos; Devolver cinquenta por cento do IRS cobrado afeto à autarquia; Não nos podemos esquecer nunca que este dinheiro não é da Câmara, mas dos bracarenses. Lamentamos que estes pontos não tenham merecido o acolhimento do Executivo. Muitas outras medidas, em diversos domínios, tivemos ocasião de apresentar para a elaboração deste plano de atividades e orçamento. O resultado final é que não nos parece que o Executivo tenha vertido neste documento uma estratégia capaz de dar resposta bastante aos problemas dos Bracarenses. No entanto, é com entusiasmo que participaremos no Conselho Municipal de Habitação que o Município decidiu alavancar. Faz todo o*

sentido trabalharmos em conjunto com os diferentes agentes do setor, neste tema tão premente para a cidade de Braga. Por isso nos absteremos na votação, estando cá a Iniciativa Liberal para fiscalizar ativamente a sua execução, bem como para apresentar propostas que respondam aos inúmeros problemas da cidade e dos Bracarenses”. Para dar continuidade à discussão deste ponto da ordem de trabalhos, usou da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ALEXANDRE SÉRGIO MANO**, para dizer: “No ponto dois, grandes opções do plano e orçamento para dois mil e vinte e três, o Bloco de Esquerda vota contra. Devemos confessar que a leitura do plano de atividades para dois mil e vinte e três apresentado pelo executivo municipal nos deixou entusiasmados; desde logo porque até estão consideradas algumas propostas que o Bloco de Esquerda apresentou nesta Assembleia e, que, à data, foram desconsideradas pela maioria que aqui suporta o executivo. Lembramo-nos da necessidade de regulamentar o uso de trotinetes e de bicicletas, a necessidade de inventariar o património arbóreo urbano, a urgência da renaturalização dos rios e ribeiras que atravessam o concelho, entre outras. Podemos dizer que mais vale tarde do que nunca; mas, no caso, é muita promessa para um ano só! Compreende-se que o capítulo dedicado à cultura e ao património ocupe cerca de vinte páginas do Plano, mas não tem nada de novo, o que nem quer dizer que seja mau, mas significa que os dois mandatos anteriores serviram para muito pouco e as propostas dos partidos da oposição que ficaram no limbo do executivo municipal acordaram agora; mas tudo isto para dois mil e vinte e três parece-nos muito. Além disso, verificamos que, em termos de orçamento não há dotação que as suporte. De facto, o executivo apresenta um orçamento que visa manter o status quo, e que será alterado apenas e só, se o objetivo da capital Europeia da cultura for atingido. Oxalá seja e que o bom trabalho de candidatura seja premiado. Braga merece e

*precisa. O orçamento participativo, que vem crescendo nos últimos anos, exige um regulamento que democratize esse instrumento da democracia participativa com o qual concordamos, mas não no modelo atual, que permite alguns oportunismos. Por fim consideramos que o plano e o orçamento não tratam devidamente o problema da habitação no concelho, porque não esclarece devidamente como vai o executivo disponibilizar as habitações a preço controlado que refere, e este porque não considera meios financeiros para o efeito. Por fim, entendemos que a atividade turística, que tanto tem beneficiado do apoio da autarquia, deve contribuir para a qualidade de vida de todos os munícipes e que não deve manter-se esta economia de pescadinha de rabo na boca em que os lucros e os impostos gerados pelo turismo só servem para atrair mais turismo, sem benefícios que se notem na vida dos cidadãos, nem nos salários dos trabalhadores do setor”. Seguiu-se a intervenção da Sr<sup>a</sup>. Deputada da C.D.U., **SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO**, para, por seu turno, referir que: “Votamos hoje, nesta Assembleia, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e vinte e três apresentado pela maioria PSD/CDS/PPM/Aliança no executivo municipal. Sobre este assunto, o que se nos oferece dizer trespassa os nossos cinco sentidos.... Primeiro – Audição. Reparámos, ao ler esta proposta de GOP e Orçamento, que não ouvimos a nossa intervenção na pretérita Assembleia de trinta de dezembro de dois mil e vinte e um sobre esta matéria, em que alertámos para a repetição constante, sistemática e continuada das grandes opções do Plano, ano após ano, e que, mais uma vez, não passaram do papel e continuam recalcadas neste documento, a saber: Edifício Dr. Francisco Sanches, espaço cultural multiusos – dois milhões cento e noventa e cinco mil euros; Requalificação da Escola EB um de Nogueira – dois milhões cento e cinquenta mil euros; Escola EB um Este de São Pedro – um*

*milhão e duzentos mil euros; Escola Básica de Figueiredo – um milhão e duzentos mil euros; Projeto para a intervenção no nó de Infias e Largo de Infias – trezentos mil euros; Regularização do Rio Torto/Variante do Cávado – quinhentos mil euros; Ecoparque das Sete Fontes – trinta e oito mil euros (requalificação) mais duzentos e cinquenta mil euros (aquisição e expropriação dos terrenos); Musealização da Ínsula das Carvalheiras (duzentos e cinquenta mil euros).*

*Segundo – Visão. As Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte e três apresentadas revelam a grande falta de visão humanista desta maioria. Este executivo continua a ter uma visão meramente economicista do município e do concelho, apenas preocupado com as contas e muito pouco com os seus munícipes. Se não, vejamos: - Quando as receitas fiscais, previstas para dois mil e vinte e três, ascendem a cinquenta e cinco milhões de euros, este executivo teima em não baixar o IMI para o seu valor mínimo de zero vírgula três por cento. Não se compreende... Sendo que as previsões económicas apontam para uma inflação a bater os dez por cento para dois mil e vinte e dois, seria uma medida mais do que justa a redução do IMI para o valor mínimo fixado por lei. Mas não, este executivo não tem esta visão e mantém o IMI fixado à taxa do ano transato, perdendo aqui uma boa oportunidade de fazer mais pela população bracarense e a sua qualidade de vida. O peso das receitas fiscais é o maior no total das receitas deste Orçamento, pelo que confirma a nossa tese de que é possível o município diminuir a carga fiscal aos seus munícipes. No capítulo dos dividendos, a empresa municipal AGERE, EM, é um ativo público com um resultado líquido de mais de sete milhões de euros (dois mil e vinte e dois) e prevê cinco milhões trezentos e noventa e nove mil cento e cinquenta e sete euros (dois mil e vinte e três), pelo que reiteramos a nossa convicção de que deveria ser remunicipalizada, “dando o seu a seu Dono”, uma vez que a água é um bem público, assim consagrado na carta*

*dos direitos universais da ONU. Não faz sentido a AGERE continuar quarenta e nove por cento privada. Ao analisarmos o total de investimento no setor das funções sociais, que é o que representa a maior fatia de investimento de todas estas atividades, percebemos que o aumento do Orçamento Municipal resulta da transferência de competências na área da Ação Social assim como nas áreas da Educação e Saúde. Como a CDU sempre denunciou, e o próprio executivo tem verificado, o processo de transferência de competências é um “presente envenenado”, que significa o aligeirar de responsabilidades que competem ao Estado Central, que, mais cedo que tarde, levarão muitas autarquias a sérios problemas de funcionamento. Ainda nesta matéria das funções sociais, e mais concretamente para resolver o problema da Habitação, prevê este orçamento a aquisição de imóveis no valor de duzentos e cinquenta mil euros, assim como a expropriação de terrenos no valor cem mil euros. Valores claramente insuficientes e que pouco ou nada contribuem para a resolução deste problema, que tanto aflige a população: a falta de Habitação condigna. Basta vermos o aumento da lista de espera para habitação, que já atinge as trezentas e cinquenta famílias. No essencial, os investimentos referidos são decorrentes do Programa “Primeiro Direito”, cujo âmbito é muito limitado. E, mesmo nestes casos, há investimentos apresentados de forma vaga, como a intenção mais ou menos abstrata de adquirir frações habitacionais para arrendamento. A criação de programas de férias nas pausas letivas no valor de quatrocentos mil euros, decorrente das denúncias e luta dos Pais com filhos com necessidades específicas (designadamente o Movimento Pais em Luta) e de propostas que a CDU apresentou em sede de reunião de Câmara, é um fator positivo neste Orçamento. Igualmente positiva é a referência ao reforço dos apoios a crianças e jovens, nas escolas, durante o ano letivo, assegurando a ocupação dos seus tempos livres (ou*

sem atividades letivas) de forma lúdica e didática. Aguardamos para ver se estes programas e iniciativas serão verdadeiramente inclusivas, ou seja: se incluem, de facto, TODAS as crianças que deles necessitam, independentemente das suas características mais individuais; ou, pelo contrário, se contribuirão para segregar e discriminar ainda mais através da criação de programas e atividades diferentes para crianças diferentes. Aproveitamos para esclarecer e/ou relembrar que INCLUSÃO significa dar a TODOS as mesmas oportunidades de acesso e sucesso, através da criação de grupos heterogéneos, onde TODAS as crianças aprendem e socializam em conjunto, sem preconceitos nem discriminações.

Terceiro – Olfato. Para a CDU, este orçamento “cheira a esturro”! Basta analisar a despesa corrente, ponto D zero dois, no capítulo de despesas com Aquisição de bens e serviços, onde a Câmara Municipal de Braga prevê gastar mais de trinta milhões de euros, ou seja: mais cinco milhões de euros do que no ano passado!!! Os "outsourcings" e a consultadorias externas continuam em força a despender/desperdiçar dinheiro dos munícipes!!! Qual o nome e o real valor dessas consultadorias e dos prestadores de serviços, não conseguimos nem “cheirar” neste dossier de quinhentas e quarenta e oito páginas!!!

Quarto – Tato. Continuamos sem perceber porque é que no capítulo das “Participações financeiras – entidades não societárias” a Fundação de Serralves, no Porto, continua a receber mais dinheiro: cem mil euros! Não obtivemos resposta desde a interpelação do ano passado! Para nós isto é demonstrativo da falta de tato deste executivo! A propósito de tato, na área da mobilidade, a CDU considera que a baixa das tarifas para dois mil e vinte e três, bem como o desconto de cinquenta por cento em dois mil e vinte e três e de cerm por cento em dois mil e vinte e quatro para estudantes universitários, são passos no sentido acertado, mas a CDU considera também que é possível e necessário ir mais longe, não

*compreendendo que não se aproveite esta alteração tarifária para baixar a tarifa da coroa dois, que ficou com um valor demasiado díspar face à coroa um, depois da extinção da coroa intermédia que existia entre as duas. Esta coroa abrange os territórios e freguesias mais afastados do centro, onde a população é já fortemente penalizada com menos serviço de transporte público. Aqui aplica-se a velha máxima: “Paga mais por menos!”. Quanto à renovação da frota, as apostas continuam a depender em exclusivo de programas de fundos comunitários, continuando a não haver um plano municipal que permita a aquisição gradual de viaturas novas, não só para substituir viaturas mais velhas, mas para conseguir alargar o serviço prestado. Continuamos também sem ver um único sinal de uma medida fundamental para garantir o cumprimento de horários dos transportes públicos e, por consequência, uma maior eficácia e atratividade destes, com a criação de faixas dedicadas. Sendo que o reforço do serviço prestado pelos TUB depende diretamente dos seus trabalhadores, e tendo em conta a falta reconhecida de motoristas e outros profissionais, regista-se negativamente a ausência de referência a medidas concretas para o reforço de trabalhadores. Tendo também em conta que Ricardo Rio é simultaneamente presidente da Câmara Municipal de Braga e da CIM do Cávado é de estranhar a absoluta ausência de referência à concretização da intermodalidade tarifária, realidade concretizada nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, e cuja concretização também em Braga traria enormes vantagens para as populações. A opção de contratar externamente o serviço “School Bus” (por duzentos e oitenta e cinco mil e duzentos euros!), ao invés de optar pela sua contratualização diretamente à TUB, merece a oposição da CDU. Não podemos concordar que o caminho neste âmbito seja o de recorrer a uma prestação de um serviço privado, que nem sequer serve todas as escolas públicas do concelho, quando existe uma empresa*

municipal de transportes no concelho capaz de o cumprir. Aliás, entendemos mesmo que a TUB estará sempre em melhores condições de garantir uma cobertura total da rede escolar do concelho, queira finalmente tomar-se a decisão de investir no cumprimento integral desta responsabilidade. Quinto - Paladar. Um dissabor: avança-se com a intenção de realizar uma obra de recuperação estrutural do Estádio Primeiro de Maio no valor de setenta mil euros, mas sem adiantar os objetivos e meios com que se parte. Considerando a importância deste equipamento e a experiência das más decisões do passado, nomeadamente na construção do novo estádio aquando do Campeonato Europeu de Futebol, este assunto associado à mega despesa com o estádio novo são um “amargo de boca do executivo”, pelo que se exigem, desde já, mais esclarecimentos. Conclusão: a proposta de Orçamento para as Grandes Opções do Plano do Município de Braga para dois mil e vinte e três e os documentos análogos das empresas municipais são reveladores da política sem sentidos e sem sentido da maioria PSD/CDS/PPM/Aliança, continuando esta a optar por não dar resposta a questões fundamentais para o concelho de Braga, com visíveis sinais de estagnação e incapacidade de realização e que continua refém de uma abordagem economicista em detrimento da humanista. O nosso sexto sentido leva-nos ainda a crer que esta maioria e este executivo continuará a cometer os mesmos erros (que cometeu nestes dez anos de governação), e continuará a não ter em consideração as reais necessidades da população e do concelho de Braga. Pelos motivos expostos, a CDU votará contra”. A palavra foi depois dada ao **Sr. Deputado do P.P.M., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para revelar que: “Se já tinha alertado para as incertezas do ano de dois mil e vinte e dois, nas anteriores Grandes Opções do Plano, não posso deixar de mostrar a minha preocupação para a certeza de um dois mil e vinte e três mau, bem pior do que as

*previsões mais coloridas do nosso Governo Português! Conforme é referido neste relatório, existem incertezas sobre o desenvolvimento da Guerra da Ucrânia, sobre o aumento de preços da Energia e sobre o descontrolo da inflação! E o problema pode ser bem maior do que se pensa já que a crise das matérias primas não deverá ser atenuada, a crise dos semicondutores não tem resolução fácil e o problema de Taiwan continuará em cima da mesa em dois mil e vinte e três! Os Bancos Centrais continuam a recolher o dinheiro de circulação por forma a evitar um colapso económico! O dinheiro diminui, as despesas aumentam e o Estado, que se habituou a viver acima das suas reais possibilidades, viu-se na obrigação de apertar o cinto, sendo que vai certamente apertar mais ainda ao longo do ano de dois mil e vinte e três! E como o Estado necessita de diminuir os gastos, encontrou na descentralização uma das suas tábuas de salvação já que para não onerar as contas públicas, varre para debaixo do tapete das Autarquias uma parte do aumento da despesa pública devido ao aumento da inflação! Se houvesse uma vontade verdadeira de descentralização, o envelope financeiro seria adequado e antes sequer de pensar numa regionalização, seria importante a revisão dos papéis das Áreas Metropolitanas e a criação da Área metropolitana do Minho, para que se permitisse dotar esta região de uma visão conjunta intermunicípios, que de uma forma global, com um orçamento próprio, com dinheiros do Estado e dos Municípios que a compusessem conseguissem, com esses envelopes financeiros, delinear, planear, dimensionar e executar a melhoria dos acessos viários, dos transportes, de áreas ambientais e mesmo da proteção civil! Infelizmente é o que temos e é com isso que temos de lidar! Quanto a este Plano e Orçamento para dois mil e vinte e três, vemos que que a Cultura afirmar-se-á ainda mais como peça chave no desenvolvimento da Cidade! Existe uma convicção clara e inequívoca de que somos a melhor candidatura para a Capital*

*Europeia da Cultura, mas também existe um compromisso de que, independentemente do resultado, a aposta na Cultura será uma realidade! Braga vai ter uma maior e mais eclética programação cultural, quer com produção local, quer com produção de renome internacional! O Concurso para a construção do Media Arts Center será certamente um marco deste ano de dois mil e vinte e três! Sendo este ano, um ano em que inevitavelmente o desemprego terá tendência para aumentar e em que o poder de compra não acompanhará as subidas de preço quer dos produtos comuns, quer dos bens de primeira necessidade, é de extrema importância o Programa Municipal de Combate à pobreza energética, a implementação do Programa BragaSol, a estratégia de habitação municipal, o aumento dos valores do RADA, o apoio à natalidade, a redução tarifária dos transportes para os estudantes universitários, entre outros! Existe nos dias de hoje, uma sensibilidade muito maior para as políticas de sustentabilidade! Este ano de dois mil e vinte e três, será marcado pela reconversão da margem ribeirinha do Cávado que passará a ser visitável em toda a sua extensão dentro do nosso Concelho! Destaca-se também a implementação da neutralidade energética dos edifícios municipais bem como a implementação do projeto Bicification! De referir também o aumento da oferta dos TUB com novas linhas previstas que irão percorrer cerca de quatrocentos mil quilómetros por ano e a renovação da própria Frota a acontecer no primeiro Semestre de dois mil e vinte e três! Já o início da construção da ETAR do Este com previsão de conclusão no final de dois mil e vinte e três será certamente um dos marcos deste ano que se avizinha! Aguarda-se com expectativa a aquisição de mais terrenos com o intuito de criar o Parque Eco Monumental de Sete Fontes! Considera-se de extrema importância o desenvolvimento do projeto de requalificação do Estádio Primeiro de Maio, que bem merece uma requalificação, e o culminar de obras de*

*alguns edifícios para a prática desportiva! A nível de acessibilidades, destaca-se a requalificação do túnel da Avenida da Liberdade que apesar de ser uma obra morosa, é uma reabilitação premente, já que põe em causa a segurança de milhares de munícipes que diariamente o utilizam! Sobressai também a implementação do projeto “Eu passo aqui” e a inserção Urbana da rede Ciclável! A nível de reabilitação do património edificado, destaca-se a requalificação da Residência Universitária Fábrica Confiança, do Convento de São Francisco de Real, do Centro Cultural Francisco Sanches e das escolas EB um de Nogueira, de Este São Pedro e de Figueiredo! O Novo Plano Diretor Municipal é aguardado com altas expectativas já que a intenção será a de adaptação do PDM às exigências atuais e futuras, ajustando o plano às necessidades reais do Concelho, quer a nível de habitação quer a nível empresarial, apostando numa transição para uma economia circular com uma maior preocupação com as alterações climáticas ou seja, não descurando a questão ambiental! A simplificação do PDM para que seja perceptível para todos é também uma meta que este novo PDM pretende alcançar! A nível turístico, considera-se que apesar da crise, o Concelho de Braga tem todas as condições para atingir o maior número de visitantes de sempre! Para tal, o Município continuará a promover Braga como destino turístico, o Forum Braga irá receber inúmeros congressos e eventos, o número de camas irá aumentar com a edificação de novas unidades hoteleiras! Planear e priorizar linhas estratégicas, modernizar equipamentos, mecanismos e procedimentos, consolidar as contas públicas através do rigor na execução da despesa e na melhoria da gestão dos recursos do Município, são pilares estratégicos deste executivo Municipal! Por tudo isto, o PPM irá votar favoravelmente este ponto!”. Passou depois a usar da palavra o Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBRETO SOUSA DUARTE*

*NEVES para, a propósito, destacar que: “Dizia Marie Curie, duplamente laureada com o Prémio Nobel (o da Química e o da Física), “Amanhã é um novo dia e há muito para fazer!”! Pois é mesmo isso, em dois mil e vinte e três, há muito para fazer em Braga. O Município de Braga elaborou o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e três, no cumprimento dos princípios orçamentais e em total compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Estes instrumentos de planeamento, contemplam os projetos, as obras e as iniciativas estratégicas e prioritárias para a concretização do projeto autárquico que venceu as eleições de dois mil e vinte e um, com maioria absoluta. Tem em conta o enquadramento macroeconómico nacional e internacional, a proposta de Lei do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e três, as consequências da pandemia, da crise energética, da inflação e da guerra na Ucrânia. É um Plano e Orçamento que assumem a Ambição de “Construir uma Braga Próspera, Inclusiva, Sustentável, Vibrante e Reconhecida”, através da concretização de um conjunto de projetos e ações fundamentais para a prossecução do desenvolvimento do Concelho, de forma a: Afirmar Braga como Capital de Cultura, qualquer que seja o resultado da candidatura à Capital Europeia da Cultura dois mil e vinte e sete; Inovar e Reforçar as Respostas Sociais e Educativas; Liderar nas Políticas de Sustentabilidade; Promover a Comunidade Ativa e Saudável e um Concelho mais Resiliente; Melhorar a Rede de Acessibilidades Rodoviárias e Qualificar o Espaço Público. Mas é também um Plano e Orçamento que não se furta aos Desafios: Adotar no curto prazo, em articulação com o Governo, as melhores soluções organizacionais para aprofundar o processo de descentralização bem como o modelo de regionalização: como é sabido, os municípios ainda se deparam com enormes dificuldades que resultam da ausência de informação e*

*resposta a várias dúvidas e questões operacionais. É também um Plano e Orçamento que não se furta à Nova da Lei das Finanças Locais; à Conclusão do processo de concessão das redes de distribuição de eletricidade em baixa tensão; à Implementação de modelos habitacionais para todo o território: uma vez que se impõe, em concertação com o Governo, estabelecer uma estratégia de ação nacional devidamente articulada que traduza um esforço de “congregação” de todos os intervenientes, e que seja financeiramente suportado por mecanismos centrais. Política de Mobilidade e Transportes: porque urge concretizar uma verdadeira política para o acesso à mobilidade e aos transportes sustentáveis que combata as desigualdades atualmente constatada entre as duas grandes áreas metropolitanas e as restantes regiões do país. O Município de Braga vai gerir em dois mil e vinte e três um orçamento de quase cento e sessenta e cinco milhões de euros, o qual representa um aumento de cerca de trinta e três milhões de euros, relativamente ao ano anterior. Tem por base o rigor, a transparência na gestão, a correta e cuidada aplicação dos recursos públicos. O acréscimo orçamental deve-se, sobretudo, à descentralização administrativa nas áreas da Saúde, Educação e Ação Social (mais dezanove milhões de euros), assim como à comparticipação de Fundos Comunitários e do Plano de Recuperação e Resiliência (mais dez milhões de euros). No âmbito orçamental, as Grandes Opções do Plano ascendem a cento e onze vírgula nove milhões de euros, que compreendem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), no montante de quarenta e sete vírgula um milhões de euros, e as Atividades Mais Relevantes, no valor de sessenta e quatro vírgula oito milhões de euros. Os documentos incorporam diversas políticas sectoriais de sucesso que são a imagem de marca da gestão municipal ao longo dos últimos anos e concretizam ambições cuja delicada maturação e desenvolvimento têm sido trabalhados de forma responsável e persistente. O Presidente da Câmara*

*Municipal de Braga, refere que “A proposta de orçamento assume um conjunto de medidas que visam dar resposta aos desafios da sustentabilidade ambiental e materializam iniciativas de apoio social articuladas aos recursos disponíveis para ajudar as famílias a enfrentar crises de origem diversa”. Desenvolver Braga e apoiar os cidadãos. Em dois mil e vinte e três, o Município de Braga vai continuar a afirmar os elevados padrões culturais, com o lançamento de novos projetos, como o Festival Internacional Literário que está a ser desenhado para substituir a Feira do Livro, o lançamento da Musealização da Insula das Carvalheiras, bem como a conclusão da intervenção do Convento de São Francisco de Real. Também se prevê terminar a primeira parte da requalificação da Francisco Sanches e a sua transformação num Centro Cultural. Prevê-se ainda lançar o concurso para a construção do Media Arts Center no antigo Cinema São Geraldo. Ao longo dos últimos anos foram lançados diversos programas sociais, que continuam a responder eficazmente a problemas que o Estado Central não consegue resolver, como é o caso do “Braga a Sorrir” ou do projeto Pimpolho. Mas o atual contexto económico social exige outras respostas sociais e o Município pretende desenvolver em dois mil e vinte e três o programa municipal de Combate à Pobreza Energética, continuando a sua estratégia de habitação municipal, com vista a apoiar as famílias mais carenciadas. Dessa forma, o valor do RADA – programa de apoio de renda apoiada para famílias mais desfavorecidas – irá subir consideravelmente até atingir a sua duplicação em relação ao início do mandato (mais duzentos mil euros em dois mil e vinte e três, passando a totalizar um vírgula dois milhões de euros). Para dois mil e vinte e três está a ser estudada a hipótese de alargar o âmbito deste programa de forma a abranger um maior número de munícipes. A Autarquia vai ainda proceder ao lançamento do programa de apoio à natalidade que prevê para dois mil e vinte e*

*três uma dotação na ordem dos duzentos e cinquenta mil euros. No documento constam ainda o programa de férias nas pausas letivas, que se iniciará ainda em dois mil e vinte e dois, prevendo-se para dois mil e vinte e três uma dotação de quatrocentos mil euros; o reforço dos apoios às crianças e jovens com necessidades específicas através do aumento do quadro de pessoal, bem como um maior apoio informático aos jardins-de-infância e escolas de primeiro ciclo, assim como a redução do tarifário nos transportes para os estudantes universitários. Ao nível do parque escolar, o Município irá prosseguir com o seu esforço de requalificar o maior número de escolas que ainda necessitam de intervenção, como a EB um de Nogueira, a EB um de Este de São Pedro ou a EB de Figueiredo, entre outras intervenções, verificando-se um investimento para dois mil e vinte e três na ordem dos sete milhões de euros. Em dois mil e vinte e três, está previsto a finalização das intervenções nas praias do Cavadinho, Navarra e Merelim São Paio, criando condições para toda a nossa margem do Cávado estar preparada para receber os cidadãos. Haverá um maior investimento em parques infantis, no sentido de criar novas valências e substituir algumas antigas. Irá também ser terminada uma intervenção com vista à Regularização do Rio Torto/Variante Cávado, uma aspiração antiga desta parte do concelho, bem como a Requalificação das Margens da Ribeira de Castro (cerca de um milhão de euros). O orçamento apresenta também um reforço nas transferências para as Juntas de Freguesia em mais de um milhão de euros para delegação de competências e investimentos, perfazendo um valor total de transferências superior a nove milhões de euros. Dando continuidade às políticas de sustentabilidade do território e na concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Município continuará a inovar nesta área e a destacar Braga como líder nas políticas de sustentabilidade. Nesse sentido, em*

dois mil e vinte e três será iniciado o programa faseado para a implementação da neutralidade energética nos edifícios municipais (incluindo nas escolas), bem como a reformulação do projeto Bification de forma a apoiar e fomentar a mobilidade ciclável através da aquisição de bicicletas como meio de transporte. Projetos transformadores para Braga. Em dois mil e vinte e três, o Município de Braga irá prosseguir com a infraestruturização do Concelho, com o término da requalificação do Pavilhão das Goladas, a requalificação da Piscina da Ponte ou com o início da construção do Pavilhão da Ginástica. Em dois mil e vinte e três será também realizado o projeto para a requalificação do Estádio Primeiro de Maio, e continuará a ser implementado o plano faseado de requalificação e certificação dos Parques Infantis. Ao nível das intervenções estratégicas para o Concelho, destacam-se a requalificação do Túnel da Avenida, juntamente com a Avenida da Liberdade, um eixo central da Cidade e que carece desta obra já há algum tempo. O Município vai continuar a criar condições para uma mobilidade mais suave, com o lançamento de novas intervenções do “Eu Já Passo Aqui” e da criação de novas ciclovias, bem como dotar as ruas de melhores condições para os peões e pessoas com dificuldades motoras. Não havendo nenhum imprevisto legal e ou administrativo, em dois mil e vinte e três haverá em condições para avançar com a requalificação da antiga Fábrica da Confiança para uma Residência Universitária. Um Orçamento de Contas Certas. Ao nível do orçamento da receita, e no que respeita à sua natureza corrente, está prevista a arrecadação de cento e trinta e cinco milhões noventa mil e oitocentos e nove euros, correspondentes a oitenta e dois por cento do valor total orçado, e de vinte e nove milhões oitocentos e noventa e nove mil e cento e noventa e um euros de receita de capital. Por sua vez, a despesa corrente representa sessenta e cinco por cento do orçamento, ascendendo a cento e sete milhões novecentos e setenta e um

*mil quinhentos e setenta e cinco euros, representativos de um aumento de dezoito milhões cento e cinquenta e quatro mil e quinhentos e vinte e cinco euros, em relação ao período homólogo, justificados essencialmente pelo acréscimo na rubrica de despesas com o pessoal (mais sete vírgula nove milhões de euros), aquisição de bens e serviços (mais quatro vírgula nove milhões de euros) e transferências correntes (mais cinco vírgula quatro milhões de euros). No que concerne à despesa de capital, estima-se uma execução de cinquenta e sete milhões dezoito mil quatrocentos e vinte e cinco euros, isto é, trinta e quatro vírgula seis por cento do orçamento para dois mil e vinte e três, registando um aumento de quinze milhões trinta e cinco mil quatrocentos e setenta e cinco euros, isto é, um acréscimo global de vinte e cinco vírgula dois por cento face ao ano de dois mil e vinte e dois. A despesa corrente municipal apresenta uma variação positiva em relação ao orçado em dois mil e vinte e dois em dezoito vírgula dois milhões de euros. Quanto à receita proveniente de impostos diretos, da qual se estima uma cobrança total de cinquenta e cinco vírgula dois milhões de euros, verifica-se um aumento da receita estimada em quatro vírgula dois milhões de euros face a dois mil e vinte e dois. Para o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a previsão efetuada está em linha com as opções assumidas e aprovadas pela Assembleia Municipal que estabeleceu a redução da taxa para os prédios urbanos reavaliados à luz do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, passando para zero vírgula trinta e três por cento, bem como pela introdução de uma minoração a aplicar nos imóveis destinados a habitação própria e permanente, através da dedução fixa de vinte euros, quarenta euros e setenta euros para agregados familiares com um, dois e três ou mais dependentes a cargo, respetivamente. Desta feita, para dois mil e vinte e três, de acordo com a execução alcançada em dois mil e vinte e dois, a previsão é de vinte e quatro*

vírgula nove milhões de euros. No que se refere à previsão da Derrama para dois mil e vinte e dois, e tendo em consideração a necessidade de continuar a reforçar as medidas de dinamização económica, será aplicada a taxa de zero vírgula um por cento às empresas com um volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros e um vírgula cinco por cento às que apresentem um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros. No exercício dois mil e vinte e três, o valor inscrito é de sete milhões de euros, idêntico à previsão do ano anterior, traduzindo alguma prudência atendendo à atual conjuntura económica. Para o ano de dois mil e vinte e três, está ainda prevista uma despesa corrente no valor de sessenta e sete vírgula nove milhões de euros e uma despesa de capital de cinquenta e sete milhões. Destaque ainda para o saldo superavitário que aumenta oito vírgula quatro milhões face ao ano anterior. Ou seja, Um Orçamento de Contas Certas, para uma Ambição Máxima para Braga! Em face do exposto, o Grupo Municipal do CDS-PP vai votar favoravelmente a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte e três”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do Chega, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO**, para dizer que: “Relativamente a este orçamento, compete-nos fazer um enquadramento macro, nacional e dizer que em certa parte o orçamento do nosso município, como todos os outros, fica comprometido por uma atuação menos própria, chamemos-lhe assim, para não dizer pior, por parte do Governo, que na apresentação do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e três, deixa os municípios presos a uma descentralização que vem reduzir e muito as verbas a distribuir para os municípios e que faz que isso mesmo invalide uma correta orçamentação e justa orçamentação para dois mil e vinte e três. Mas isto não justifica tudo e há algumas falhas, várias falhas que este orçamento contempla e que podiam ser corrigidas ou até ser evitadas nestas grandes opções e orçamento

*para dois mil e vinte e três, nomeadamente em matéria de saúde, de educação e de habitação, já para não falar nas empresas, uma vez que o nosso concelho é um concelho produtivo, um concelho empresarial e que, se por parte do Governo não há o correspondente apoio à exportação, à baixa dos impostos, nomeadamente o IRC, compete ao município apoiar o nosso tecido empresarial e na realidade vemos que as medidas tomadas são insuficientes ou praticamente inexistentes. Fala-se também neste orçamento, muito em integração. Devia-se falar mais em inclusão. A inclusão das nossas crianças e a inclusão dos nossos idosos, e como ouvimos há instantes na intervenção destinada ao público, que saúdo, a Senhora que fez aqui a intervenção disse muito sobre o que este município não faz em matéria de inclusão de jovens. Os nossos jovens, as nossas crianças, que têm vários problemas e várias patologias de saúde, são esquecidas por este município. É importante lembrarmos isto, e não é com um simples reforço de alguns técnicos ou auxiliares ou até professores para as escolas, que vamos resolver esta carência. Os pais precisam de muito mais, os pais precisam de trabalhar para dar dignidade, para dar sustento a estas crianças, já para não falar que há muitas destas crianças, e tenho repetido aqui inúmeras vezes, que a única refeição digna que fazem durante um dia é na escola, e chegam a casa, e infelizmente, estas famílias não têm capacidade para lhe dar uma refeição quente. Portanto, compete ao município, de uma certa forma, assegurar a manutenção e a dignidade da alimentação destas crianças e jovens que vêm isso comprometido, fruto da situação familiar, económica financeira atual e que, infelizmente, vai-se agravar muito mais em dois mil e vinte e três, como já referi no início da intervenção, fruto de um Orçamento de Estado deficitário, propagandeoso e que, por vezes, esquece o mais essencial que a nossa sociedade tem, que são os cuidados que temos que ter com as crianças e com os idosos, que são as classes mais*

*desfavorecidas. Portanto, isto para chegar à conclusão que em matéria de inclusão, este orçamento deixa muito, muito, muito que dizer, muito que escrever e muito que fazer. Recordemos que é o ano em que este executivo terá o maior encaixe proveniente da receita fiscal. São cinquenta e cinco milhões de euros. Nunca este executivo teve um encaixe tão significativo. E se pensarmos se muitas vezes destes cinquenta e cinco, vamos dotar o orçamento de trinta e três milhões, é importante percebermos que o município não serve para dar lucro, o município serve para dar qualidade de vida à população e igualdade de oportunidades à população, habitação digna à população, e em matéria de habitação, também e infelizmente no nosso município ainda temos graves carências, graves falhas, temos habitações indignas, temos falta de habitações e isso é manifestamente uma lacuna que temos de apontar a este orçamento, temos de apontar ao Executivo, não obstante alguns progressos e alguns passos que já foram dados no sentido de melhorar esta condição, parece-nos que insuficiente. Há muito mais a fazer, há muito mais a trabalhar e devia haver muito mais verba disponível para investir também neste ponto. Não podemos esquecer em matéria de habitação para os mais desfavorecidos e apostar em matéria de habitação para os mais favorecidos, que é o que este executivo pretende fazer no Parque das Sete Fontes. A confirmar-se, a ser verdade, que numa zona verde, numa zona que se pretende de lazer, uma zona muito importante e que poderá ser o segundo pulmão da cidade, pondere este executivo construir prédios de doze andares, e esquecer, desistir de um plano de pormenor e salvaguarda que tinha para as Sete Fontes. Penso que seria oportuno repensarem nesta questão de avançarem com prédios de doze andares, aliás, que até serão catorze, dois ao nível do subsolo para estacionamento e doze em altura, penso que não será em nada benéfico para a zona. Outra questão que não vamos cansar de aqui referir, apesar de mais uma vez o executivo ignorar as*

*nossas reivindicações, consideramos que há um esquecimento, por parte do município, em relação aos Bombeiros Voluntários de Braga. Sabemos que, e o próprio nome indica, são Bombeiros Voluntários, fazem voluntariado, mas servem a nossa população, servem os bracarenses, estão na linha da frente para salvar e para acudir aos bracarenses e o município devia ter isso em atenção e se não fosse mais uma proposta que já aqui trouxemos, uma proposta que já levamos à Assembleia da República, que era isentar os bombeiros do pagamento do IMI. É um imposto municipal, está na alçada do executivo municipal deliberar sobre isto, acho que era justo que assim o fizessem. Não é uma verba assim tão grande, era algo que o município conseguia absorver nas suas contas e para quem o paga, não só seria uma gratidão que estávamos a ter com estes bombeiros voluntários, mas também um certo alívio financeiro, numa altura tão difícil, como este ano que está a terminar, e para o próximo, que será, augura-se, bem pior do que este ano. Achamos também que há uma lacuna em termos de segurança neste orçamento municipal. Defendemos várias vezes que o centro da cidade, principalmente o centro histórico, devia ser dotado de câmaras de videovigilância. Há zonas da cidade vandalizadas, há zonas da cidade em que quando começa a anoitecer, as pessoas não se sentem seguras ao passar, vemos zonas lindíssimas do nosso centro histórico, como é o campo das Carvalheiras, por vezes destruído, cheios de garrafas partidas por alguns jovens que, com comportamentos menos próprios, fazem daquilo um verdadeiro esgoto a céu aberto e que certamente o efeito dissuasor das câmaras de videovigilância iam permitir um maior conforto, um maior evitar de certas situações e deixar a população com um clima de segurança mais apropriado. Portanto, acho que falta, em matéria de segurança também apontarmos esta falha. Ainda em matéria de segurança, como já referi no ponto anterior, a Polícia Municipal e depois de ter falado com o Senhor Secretário da*

*Mesa e trocamos algumas opiniões, a verdade é que a Câmara, não podendo interferir nas tabelas salariais da Polícia Municipal, pode atuar a outros níveis, há complementos que podem ser pagos pelo município, há subsídios de risco, entre outros, que podem e devem ajudar a completar um salário muito deficitário que estes agentes recebem. Só para vos dar um simples exemplo, um agente da Polícia Municipal de segunda categoria, chamemos-lhe assim, não gosto do termo, não há segunda categoria, entendemos que são todos de primeira categoria, de setecentos e oitenta e qualquer coisa de euros, se não me falha a memória, é manifestamente insuficiente, é muito pouco para quem arrisca a vida em prol da segurança dos outros e para quem, de uma certa forma, dá um retorno ao município, uma vez que, se não me falha a memória, o retorno dado pela Polícia Municipal ao Executivo foi de seiscentos e vinte e dois mil euros. Portanto, é uma quantia generosa que podia ser uma parte dela aplicada na melhoria das condições destes agentes. Para finalizar, não compreendemos também como é que se decide investir setenta mil euros em pequenas obras de requalificação do Estádio Primeiro de Maio, sem que para que tal tenhamos uma noção perfeita do que é que ali vai ser feito, mas gastar essa verba no Estádio Primeiro de Maio, quando ao lado temos um pavilhão a cair de podre, onde chove lá dentro, onde houve em tempos um compromisso deste executivo que, recorde-se, é detentor de quarenta por cento das ações da SAD do ABC e, em jeito de promessa eleitoral, na altura, afirmou que ia fazer obras de requalificação no pavilhão. Terá dito e comprometido também a ceder outros pavilhões para que os jovens da formação do ABC pudessem também ali treinar, coisa que até ao momento também não acontece, e gostava de lembrar que este clube, o ABC, é um ícone da cidade, é conhecido na modalidade, por esse mundo fora, e que era de toda a dignidade ter um pavilhão condigno com a sua grandeza". O Sr.*

*Deputado do Aliança, JOSÉ CARLOS VAZ DA SILVA usou também da palavra para, em relação à matéria ora em discussão, dizer que: “A apresentação, a discussão e aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte e três, é um momento importante, discute-se o projeto que escolhemos para a cidade, priorizamos as ações de concretização e traçamos as principais linhas que projetam Braga no futuro. São documentos extensos, mas gostaria de assinalar a qualidade dos documentos entregues e agradecer a disponibilidade e a atenção dos serviços para apresentarem aos deputados municipais, toda a informação de forma resumida e qualificada. Parabéns pelo bom trabalho! Obrigado! A governação liderada pela coligação Juntos por Braga habituou-nos às mais elementares regras de transparência e ao envolvimento de todos, na definição dos desígnios para Braga. Foi com enorme agrado que vimos acolhidas propostas do partido Aliança, que humildemente, entendemos serem importantes na governação do município. Um orçamento assenta em pressupostos, são sustentados em previsões e distinguem-se pelas opções, essencialmente as políticas. É elaborado num cenário de total incerteza, pautado por uma guerra na europa, pela inflação acima dos dez por cento, pelos juros das casas em máximos históricos. Já há sinais de recessão, há inúmeros condicionalismos legais e burocráticos, os serviços e instituições públicas atingem níveis de degradação preocupantes e a contestação social ganha força. Decorre o processo de descentralização, atabalhado, e que traz um cenário novo para a governação local. Se até então um hospital fecha os serviços, não há um rosto a quem reclamar; se um tribunal não emite uma sentença por falta de papel, não há um rosto a quem reclamar, a aceitação das competências na saúde, na educação e na ação social, traz para a esfera local áreas em degradação avançada; mas as pessoas agora têm a quem recorrer, recorrem ao município! É uma mudança*

enorme, com uma evolução totalmente imprevista. Condicionais à parte, na opinião do partido Aliança, é um orçamento ambicioso, o maior de sempre em Braga. São mais sessenta e quatro milhões de euros do que o primeiro orçamento da coligação Juntos por Braga, em dois mil e treze. São sessenta por cento mais, em menos de uma década! É também um orçamento de continuidade, e um bom exemplo é o investimento de cerca de vinte e cinco milhões de euros, que dá vida à devoluta fábrica Confiança, transformando-a numa residência universitária. Resolve a falta de camas para estudantes e simultaneamente contribui para a melhoria do espaço envolvente, tal como sucedeu com o abandonado mercado municipal, ou o velhinho parque de exposições, os quais transformaram parte da nossa cidade! É também um orçamento de compromisso com os bracarenses, que prioriza as pessoas e as respostas sociais, o plano plurianual de investimento da Bragahabit prevê de catorze milhões na rubrica do Primeiro direito à habitação, triplica o valor de dois mil e vinte e dois; o investimento no combate à pobreza energética no montante de meio milhão de euros e o reforço de um vírgula dois milhões de euros no apoio ao arrendamento, através do RADA são bons exemplos; mas também é um orçamento que aposta na sustentabilidade, e um bom exemplo é o investimento de mais quinze milhões de euros na renovação da frota dos TUB, com mais trinta autocarros elétricos, e que permitem lançar novas linhas e melhorar a frequência. Simultaneamente são apresentadas reduções significativas nos tarifários e perspectivas de alargamento da gratuitidade. É também um orçamento de desígnio para o futuro, que antecipa o continuado crescimento da cidade e como resposta, a AGERE investe trinta milhões de euros numa nova ETAR, mais moderna, mais sustentável, que capacita Braga para crescer e elimina o enorme constrangimento que era a solução até agora existente, que há muitos anos está subdimensionada face à procura. Se há

*investimentos, como nunca tivemos em Braga, é também evidente o significativo aumento da receita, e já aqui ouvi várias observações, mas ninguém teve a coragem de assumir que o aumento da receita, se deve ao sucesso das políticas implementadas pela coligação Juntos por Braga, que entre outros resultados, aumentou a população e conseqüentemente contribui para a maior receita, para suporte ao maior orçamento de sempre, com cento e sessenta e cinco milhões de euros. Esta dinâmica tem um efeito exponencial, e é verdade que também somos vítimas do sucesso, no aumento de transações de casas, que atingiu valores recorde, a aceleração na concessão de licenças permitiu crescer dezassete por cento na rubrica taxas, das quais as licenças para loteamentos e obras representam praticamente oitenta por cento desta receita, e demonstra a vitalidade e a forte produção deste serviço. Mas há outros casos de enorme sucesso, vejamos por exemplo a taxa turística que se cifra nos quatrocentos e cinquenta mil euros em dois mil e vinte e dois. Estou curioso em saber o que diriam os críticos do investimento na promoção de Braga no exterior e dos críticos do prémio Braga Melhor destino europeu em dois mil e vinte e um! O crescimento da receita mostra bem a assertividade nas políticas públicas do Município e com claras vantagens para os bracarenses, tendo permitido o desagravamento fiscal, nomeadamente no IMI, para zero vírgula trinta e três por cento e na participação no IRS, garantindo uma das taxas mais baixas a nível nacional. A subvenção do Fundo de Equilíbrio Financeiro, proveniente do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e três, diminui um milhão de euros, para os nove milhões de euros; Igual valor, nove milhões de euros, transfere o Município para as freguesias reforçando esta verba em um milhão de euros, para a delegação de competências e investimentos. O crescimento da cidade e o aumento dos preços acarretam mais despesa. As despesas com pessoal previstas*

para dois mil e vinte e três são quarenta e cinco milhões de euros e incluem o reforço de pessoal para suportar as novas competências, os aumentos salariais e a carga fiscal recorde a que os trabalhadores estão sujeitos. Em resumo, é um orçamento equilibrado, com dezasseis vírgula dois milhões para respostas sociais, quinze vírgula três milhões para a educação; treze vírgula quatro milhões para a área do desporto, juventude e saúde; onze vírgula seis milhões para afirmar Braga como Capital da Cultura e oito vírgula seis milhões para a sustentabilidade e ambiente. Acreditamos que da mesma forma que a aposta pioneira na Inovação, no apoio às empresas e na captação de investimentos, promovidos pela Investbraga, resultou num ecossistema reconhecido internacionalmente e com resultados dignos, mais de trezentos milhões de euros de investimentos em startups incubadas na startup braga, nos últimos cinco anos; os investimentos no que será o "petróleo do futuro", no portal dos dados, serão determinantes para o desenvolvimento da cidade inteligente, que aliados à cultura e à sustentabilidade, promovem o desenvolvimento sustentado, a qualidade de vida e o bem estar! Para terminar gostaria de dar os parabéns a toda a equipa associada ao Braga vinte e sete e ao processo de candidatura - já somos vencedores; os bracarenses merecem ter Braga, como a Capital da Cultura em dois mil e vinte e sete". O Sr. Deputado do P.A.N., **TIAGO JORGE MONTEIRO TEIXEIRA** interveio para salientar que: "Não vivemos tempos fáceis. A maior parte da população bracarense encontra-se num momento de grande incerteza quanto ao seu futuro. A COVID, a Guerra na Ucrânia, as sucessivas crises económicas e o agravar das consequências da emergência climática, levam a que, pela primeira vez em décadas, o bem-estar da humanidade tenha regredido. No entanto, este não é um mero resultado conjuntural. As graves crises que atravessamos são responsabilidade dos líderes políticos mundiais, nacionais e

*locais, que mesmo perante todos os avisos, ignoraram (e continuam a ignorar) as reais necessidades das gerações atuais e futuras. Mais uma vez, digo-vos: não podemos continuar com as mesmas abordagens que nos trouxeram até aqui. É necessário olhar para a sociedade e para o planeta de forma diferente. E se queremos evoluir para os grandes desafios, precisamos começar pelos pequenos. Tenho de referir novamente que a disponibilização de ficheiros em formato não pesquisável é uma medida pouco recomendável a uma cidade que quer ser Capital Europeia da Democracia, pese embora este ano, com a entrega de forma atempada dos materiais necessários à sua análise, bem como, em linha com as propostas anteriores do PAN, a apresentação dos Planos de Atividades das Empresas Municipais, se revelaram instrumentos úteis de perquirição do orçamento. E aqui o PAN Braga demonstra a sua responsabilidade política, ao ser um partido que não se perde na procura da definição da dicotomia simplista e redutora de esquerda/direita, mas que se situa claramente no centro do progresso da cidade, e que mesmo estando na oposição, não se inibe de fazer propostas claras e concretas para que Braga dê passos firmes na construção de um futuro exigente mas possível para todas as gerações. Se de facto este é um orçamento melhor do que em dois mil e vinte e dois, em muito se deve às propostas enviadas por recomendação do PAN e acolhidas pelo executivo, o que elogiamos, começando pelo Plano de Combate à Pobreza Energética, que esperamos, que ao contrário de dois mil e vinte e dois, tenha efetivamente aplicação (e que temos seguido com redobrada atenção as intervenções camarárias neste sentido). O aumento progressivo do apoio ao RADA, a disponibilização de apoios para a neutralidade energética dos edifícios municipais e ainda alguma da disponibilidade inscrita para o aumento da rede ciclável, ainda que aquém das sugestões enviadas, são a diferença que o PAN faz neste fórum de cidadania que é*

a Assembleia Municipal. O que falta para ser um Orçamento PAN. Mas se este até pode ser um orçamento para algumas casas, não será de todo um orçamento para as causas. Ambiente - Animal – Social Começando desde logo com as alterações climáticas. E não senhores deputados, não podemos aceitar que o mesmo executivo que se gosta de afirmar como o Campeão da Sustentabilidade, tendo até estado presente em reuniões da COP vinte e sete, seja o mesmo que investe zero vírgula zero oito por cento do seu orçamento nas alterações climáticas. Sim, cento e cinquenta mil euros foi o valor inscrito, numa altura em que sempre que chove, metade da cidade alaga, e os bracarenses ficam paralisados na sua mobilidade, ou que no Verão, Braga é uma cidade, cada vez mais, insuportavelmente quente. Sim senhores deputados, as alterações climáticas não são uma ficção ou um exagero, mas antes uma realidade cada vez mais presente no nosso dia-a-dia. Os fenómenos extremos terão tendência a agravar-se pela falta de políticas públicas ambientais a nível local e global, e aqueles que melhor se prepararem com medidas efetivas de mitigação dos seus efeitos terão o devido agradecimento das suas populações nos anos vindouros. Como disse ainda ontem o secretário geral das Nações Unidas, Eng. António Guterres durante a COP vinte e sete, “isto não é altura de apontarmos dedos, é altura de agir”. Mas infelizmente não vemos ainda neste orçamento uma vontade inequívoca de liderar. Propostas como: a construção de um ecocentro de recolha de resíduos públicos no concelho, que serviria como incentivo à cultura da reciclagem; a implementação acelerada da recolha seletiva de resíduos orgânicos que antecipe a diretiva europeia que obriga à esta recolha até dois mil e vinte e quatro; a criação de um programa de encorajamento à plantação de espécies autóctones no concelho, para que dois mil e dezassete não se repita, e para não ficarmos sempre à espera do estado central; e claro, os nossos recursos hídricos continuarão

*eternamente à espera do cuidado que merecem e da publicação dos respetivos relatórios anuais. Não podemos também aceitar que o mesmo elenco que se diz muito amigo dos animais seja o mesmo que apenas inscreve na área animal e nos programas de CED, as verbas de esterilização que advém do governo central de quinze mil euros, e que não prevê novos parques de formato eco canil, enquanto continua ao mesmo tempo a oferecer apoios ao baronato da caça local. E claro, Braga precisa ainda de um plano que olhe de facto para todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mas neste orçamento não vemos qualquer investimento direto do concelho na igualdade de género e no empoderamento de todas as mulheres da nossa cidade (salvam-se investimentos indiretos, mas sem objetivos ou impactos mensurados). Vemos também ainda respostas aquém do esperado na área da habitação social. O PAN tem vindo a defender que deve ser criada uma rede de habitação pública acessível através da reabilitação de habitação municipal, com soluções também para a classe média e quando necessário, através de nova construção, devendo estas habitações ser neutras a nível energético e garantir os valores de inclusão e espírito de comunidade. E é também para mitigar essa falta de habitação que nos continuaremos a bater pela atribuição de bolsas a jovens casais bracarenses, porque sim senhores deputados, é cada vez mais difícil viver em Braga, especialmente para as novas gerações que se querem emancipar e temos de garantir que não existe uma sangria de talento geracional porque não fomos capazes de agarrar estes jovens. Não vemos também medidas capazes de salvaguardar a qualidade de vida dos bracarenses pelo aumento da procura por parte dos turistas e de novos residentes, que mitiguem os impactos do turismo em áreas como a preservação do património edificado e natural, na diversidade do território, na segurança ou na gestão dos resíduos, entre outros. O investimento na eliminação das barreiras arquitetónicas também*

tem poucos meios, bem como o adiamento constante do desmantelamento das passagens aéreas, tão ultrapassadas num executivo que se diz preocupado com a mobilidade. Fica ainda de parte a colocação de radares fixos, numa fraca visão de benefício para todos, numa medida que aumentaria a segurança rodoviária para automobilistas e pedestres, bem como a redução da poluição atmosférica e sonora, sendo que o retorno desta medida seria positiva a nível financeiro e permitiria que os valores arrecadados fossem investidos na melhoria significativa das condições das estradas do concelho. Já nas escolas continua a faltar a criação da equipa de instalação e manutenção da rede digital, pois com a descentralização de competências, esta é uma responsabilidade do município, sendo que muitas das escolas do nosso concelho se encontram neste momento sem pessoal devidamente capacitado para o efeito. E deixamos ainda uma palavra para a área financeira, pois com um aumento do endividamento a médio/longo prazo de mais de trinta por cento, continuamos a condenar os jovens e as crianças a pagar as nossas escolhas. Esperamos que a nossa proposta de alteração constitucional seja aceite, para introduzir a justiça intergeracional na nossa constituição, pois orçamentos como este, que condenam as futuras gerações a dívidas, sem lhes deixar ativos suficientes, terão que ser repensados! Posto isto, e referenciando que observamos melhorias relativamente ao último orçamento, mas não suficientes para mudar o nosso sentido de voto, que se manterá desfavorável, porque continua a faltar arrojo, continua a faltar progresso e continuam a faltar propostas que garantam melhores condições de vida para as gerações atuais e futuras, num orçamento que corre demasiado atrás das suas obrigações e muito pouco à frente das suas inovações”. Depois foi a vez do **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA** se pronunciar sobre o presente ponto da ordem de trabalho, tendo, para o efeito, referido que: “saúdo a

*apresentação feita na Câmara para as Grandes Opções do Plano, que naturalmente foram um sinal de transparência e que permitiram o esclarecimento para uma melhor análise dos documentos em apreço, isto independentemente do sentido de voto que cada partido vai fazer. Portanto, é uma boa prática e o Partido Socialista também reconhece quando existe uma boa prática. Estamos hoje aqui, neste órgão, a discutir as Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e três e importa, desde já, reconhecer que a verba que vai ser gasta com este órgão durante dois mil e vinte e dois, foi de cerca de cem mil euros e a que está prevista para o ano dois mil e vinte e três, vejam bem, é de cerca de cento e cinquenta e seis mil euros cerca, perto de cento e sessenta mil. O que é que isto quer dizer? Que este órgão onde se discute a democracia e se delibera sobre os destinos da cidade, é efetivamente um órgão que gasta muito pouco ao município. Mas está a falhar muita coisa. Está a falhar aquilo que é a dignidade que este órgão merece. E esta é uma promessa feita pelo executivo municipal há longos anos. E é preciso, Senhor Presidente da Câmara, criar condições para este órgão. Porque não vale a pena virmos aqui dizer que temos que olhar para Lisboa e o Porto em todas as outras medidas e em termos da Assembleia Municipal, somos saltimbancos que andamos de um lado para o outro e não temos condições de trabalho que permitam ainda mais qualificar e quantificar a nossa intervenção. E, por isso, fica também aqui uma lacuna naquela que tem sido também a prestação do Executivo para com um órgão tão importante como é a Assembleia Municipal. Fazendo um histórico daquilo que foram os orçamentos desta Câmara Municipal desde dois mil e dezoito a dois mil e vinte, verificamos que os orçamentos têm tido um crescimento constante que só foi, vamos assim dizer, suspenso em dois mil e vinte, por causa da pandemia, tendo crescido novamente em dois mil e vinte e um, tendo atingido um valor de cerca de cento e dezoito milhões de euros. E, portanto,*

*o que acontece é que esta cidade tem vindo a ter um crescimento constante que permite naturalmente à Câmara enfrentar os desafios com receitas sempre cada vez maiores. Entrando naquilo que é a apreciação do orçamento dois mil e vinte e três, tendo em conta também aquilo que pode ser uma comparação com o orçamento de dois mil e vinte e dois, temos que este vai crescer cerca de trinta e três milhões de euros, passando dos cento e trinta e um, para perto de cento e sessenta e cinco milhões de euros, devendo-se este crescimento a vários fatores. Desde logo, uma questão que tem tido alguma polémica, até com razão, que tem sido a questão da descentralização de algumas competências, nomeadamente da educação, da saúde e dos apoios sociais. Mas não nos vamos enganar. Quando o Governo descentalizou esta competência, depois do seu envelope financeiro, disponibilizou ao Município de Braga vinte e dois milhões de euros, para as questões da educação; dois vírgula seis milhões de euros milhões para as questões da saúde e um vírgula um milhão de euros, para as questões dos apoios sociais, o que perfaz vinte e cinco vírgula sete milhões de euros. Naturalmente, esta conta pode não estar certa, mas esta experiência só começou em abril do presente ano. E é natural que depois de termos ganho alguma experiência e percebermos da justeza, ou não, deste envelope financeiro, é que poderemos vir aqui criar a razão, ou então, dizer que as coisas estavam corretas. E estou convencido que a Associação Nacional de Municípios e o Sr. Presidente da Câmara estarão atentos a isto e darão um espaço de tempo necessário para perceber que nesta teoria do cobertor, quando se puxa muito para um lado, descobre-se de outro e, portanto, também temos que perceber que o dinheiro também não abunda muito pelos outros lados. E é natural que é de inteira justiça que a Câmara requeira aquilo que é justo e o Partido Socialista está com a Câmara, mas é bom que também sejamos justos, porque as funções sociais que*

são feitas nos municípios, há outras funções sociais que também são feitas pela administração central. Entre a despesa corrente e a despesa de capital, há uma poupança que é vertida para as despesas de capital, e bem, é uma prática que já o Partido Socialista fazia, só que numa proporção muito maior. E enquanto aqui temos uma despesa corrente de sessenta e cinco por cento e uma despesa de capital de trinta e cinco por cento, lembro que em dois mil e doze a despesa de capital da então gestão socialista foi de cinquenta e dois por cento e a despesa corrente foi de quarenta e oito por cento, ou seja, o investimento era muito maior que a despesa corrente. Podemos dizer também que este é um orçamento despesista, e despesista porque? Porque trinta milhões de euros são gastos em aquisição de serviços e bens. E mais, cerca de um terço desta verba, dez milhões de euros é na aquisição de outros serviços, quando o que mandam as boas regras é que esta verba seja uma verba que direi pequena, que seja residual, ou seja, que só possam caber ali aquilo que efetivamente não foi previsto, e, portanto, há aqui um despesismo naturalmente associado a isto. Chegados aqui e com cento e sessenta e cinco milhões no orçamento, o que terá que fazer à Câmara Municipal de Braga, muita obra. Mas a verdade é que as muitas obras que são anunciadas no Plano Plurianual de Investimentos são uma repetição que se sucede de forma cadenciada, muitas delas desde dois mil e catorze. Ou seja, é um “copy past” que é feito e que, naturalmente, é repetido à exaustão praticamente todos os anos. De vez em quando sai uma, entra uma nova, mas a verdade é que existe aqui uma repetição. E basta consultar os PPI dos anos anteriores para perceber, apesar do PPI ter uma longevidade de quatro anos, é fácil reconhecer isto ao fim destes anos. Também para este orçamento concorre a maior receita fiscal. Se fosse na Assembleia da República, teríamos os opositores do governo a dizer a maior carga fiscal de sempre, cinquenta e cinco milhões de euros, que não são como o

*Sr. Deputado Carlos Vaz aqui disse. Mas tem a ver com fundos comunitários. Tem a ver com o IUC que cresceu para cinco vírgula sete milhões de euros. Tem a ver com multas, taxas e outras penalidades que subiu para oito milhões e tal. Tem a ver, naturalmente, com um efetivo aumento da carga fiscal. Até o IMI subiu para vinte e cinco milhões de euros. Portanto, também temos que ter essa noção e exige-se do Município de Braga uma correta e uma boa aplicação em prol do desenvolvimento de Braga. Naquilo que a Câmara Municipal chama de ambições do plano a que chamarei os vértices de desenvolvimento, poderemos também conferir aqui, confrontar aquilo que são as propostas quer do PPI, quer as propostas do plano de atividades, quer aquilo que todo este dinheiro, cento e sessenta e cinco milhões de euros terá que fazer, porque mesmo na despesa corrente terá que haver um benefício, terá que haver algo positivo feito em prol da cidade e feito algo positivo em prol dos bracarenses. O primeiro grande setor, que a Câmara chama de ambição, é afirmar Braga como Capital Europeia da Cultura, vinte páginas relatam-nos aquilo que será a atividade e uma parte significativa, aquilo que é o esforço para que Braga seja a Capital Europeia da Cultura em dois mil e vinte e sete. E o Partido Socialista está de alma e coração com esta candidatura. Lutaremos até ao fim com todos, com todos os membros da Assembleia de Freguesia, com todas as Juntas de Freguesia, com todos os bracarenses, para que no dia sete de dezembro deste ano, o júri possa dizer que Braga vai ser capital da Cultura em dois mil e vinte e sete. Dizer ainda que no que resta depois daquilo que são as propostas do município inscritas no seu PPI, referem o Convento de São Francisco, mas não referem o cinema São Geraldo, que está a pagar uma renda mensal de doze mil e quinhentos euros e não tem sido feito nada. É preciso avançar nesta obra. Também o Museu de Imagem está à espera de obras de recuperação. Este mesmo espaço também está a precisar de*

*requalificação. Também outras obras, nomeadamente a Ínsua das Carvalheiras, está a precisar que se invista a sério e que não seja com verbas residuais. E, portanto, afirmar também Braga como capital da cultura é também investir no património, investir naquilo que é cultura, através daquilo que são ações que são propostas no Plano Plurianual de Investimentos e que efetivamente são repetidos sem nunca se conseguir concretizar. O segundo vetor, segunda ambição é reforçar as respostas na área social e na educação. O que é que temos na educação? Temos uma Carta Educativa que falhou logo na altura em que foi editada e que faz com que haja problemas naquilo que é o planeamento do próprio município relativamente aos equipamentos, porque temos requalificação de escolas, que também merecem ser requalificadas, mas que estão a perder alunos, e há outras que estão e que têm alunos e que naturalmente precisam já de outras obras de melhoramento. Portanto, uma Carta Educativa e o projeto educativo municipal têm que ser aplicados, têm que ser atualizados, porque senão anda-se a investir onde às vezes não é preciso. Com isto não quero dizer que as propostas que a Câmara tem não estejam corretas. No entanto, há propostas que se repetem e há casos, não vale a pena aqui afirmar, que estão neste plano plurianual há vários anos. Recordo, entre outros, um compromisso que a Câmara Municipal fez já no anterior mandato com a DGEstE, para o aumento e requalificação do Jardim de Infância de Gualtar, que anda repetidamente em concursos há vários anos e outras obras de carácter educativo. Por outro lado, também temos uma polémica perfeitamente desnecessária e que saiu de um não discutido e atrasado protocolo para o serviço de refeições e para as AAASFs. Este plano foi discutido tardiamente. E quando nos queixamos aqui do Governo, que resolve as coisas sem discutir envelopes financeiros, o mesmo aconteceu com isto. Mais, as Juntas de Freguesia começaram a executar este serviço sem terem*

*assinado o contrato de colaboração para a prestação destes dois serviços. E portanto, estas coisas têm que ser feitas como deve ser. E há um problema que hoje foi aqui trazido também, que tem a ver com a questão dos alunos com necessidades específicas. É preciso que resolvam isto, porque se não, não faz sentido que a Câmara tenha na sua dotação orçamental seis milhões de euros para apoio às famílias. E a pergunta é esta: porque não para as famílias que mais precisam? Aquelas que tiveram a infelicidade, muitas vezes, de ter que resolver problemas que desapareceram e ajudá-los a resolver estes problemas é muito importante. Como também não se compreende que naquilo que são as respostas sociais, e estamos perfeitamente de acordo com o aumento do RADA para um milhão e duzentos mil euros, um serviço que antigamente era prestado pela BragaHabit e agora é prestado pela Câmara, também na redução tarifária. E aí sim, é o Governo, que às vezes alguns vêm aqui dizer que não faz nada, mas que tem feito. O primeiro Governo que investiu nas tarifas e, portanto, foi possível reduzir as tarifas da terceira para a segunda e, se calhar, agora, reduzir ainda a segunda e a primeira. Dizer que os sete milhões que estão previstos também para a resposta às instituições Particulares de Solidariedade Social também têm que ser um contributo, mas que não estão devidamente especificadas e isso é importante que com esses apoios possamos ter uma resposta concreta àquilo que são as nossas questões, as nossas necessidades sociais. O terceiro vértice, é o vértice de liderar o desenvolvimento sustentável. Liderar o desenvolvimento sustentável é efetivamente não ficarmos apenas pelas boas intenções, mas caminhar no sentido da proteção ambiental, de nos tornarmos autossustentáveis sob o ponto de vista energético e tomar uma série de medidas que efetivamente concretizem nisso. E quando se aposta apenas nas ciclovias do Cávado do Este e pouca menção se faz a um projeto que já tem muitos anos, o tal que é repetido à*

*exaustão das vias cicláveis e da sua inserção na área urbana da cidade, ficámos a perceber que este desenvolvimento sustentável tem medo de avançar. E aqui também caberia aquela que também é uma proposta bandeira principal desta coligação, que são as Sete Fontes, onde efetivamente o que está previsto é muito pouco, muito pouquinho, como às vezes se costuma aqui dizer, e, portanto, ter um desempenho sustentável é também apostar no ambiente e apostar nas Sete Fontes, como, aliás, é feito, mas só falando. Mas esqueceram-se de outras propostas. Esqueceram-se do Parque Urbano, tão pomposamente anunciado, para a área da Universidade do Minho. E, portanto, é preciso que tenhamos essas zonas para que a sustentabilidade ambiental e aquilo que também é o usufruto e o recreio das pessoas e também o desporto, possam naturalmente ter aí o seu quinhão. Temos depois um quarto vértice, que tem a ver com a promoção de uma comunidade ativa e saudável e de um concelho resiliente. Para um concelho resiliente existe uma estrutura autárquica que se chama Juntas de Freguesia, que deu provas durante a pandemia de que efetivamente este concelho é resiliente, mas com uma grande ajuda dessas Juntas de Freguesia. E qual é o panorama que temos hoje com as Juntas de Freguesia? Temos queixas que efetivamente um suposto gabinete que deveria ser criado para apoiar o trabalho das Juntas de Freguesia ainda não apareceu. Dizem-nos também, e não posso confirmar isso, que o atual Vereador das freguesias, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Rio, não tem feito reuniões com as Juntas de Freguesia e raramente recebe alguém ou até nem recebe ninguém. E agora, pelos vistos, até nem responde a mails. Não é assim que se dignificam as Juntas de freguesia. Esta foi uma aposta que ele fez quando se candidatou e ganhou as eleições em dois mil e treze. Dignificar as Juntas de Freguesia. Ainda me lembro de quando criticava o Engenheiro Mesquita Machado por não reunir com as Juntas de Freguesia.*

*Vejam bem. Oito anos depois, existe um Vereador e na altura havia um Vereador que reunia com a Juntas de Freguesia, hoje, nem o Vereador das freguesias, nem o Presidente da Câmara, que é o mesmo, reúne com as Juntas de Freguesia. Foi criada também, e pomposamente anunciada, uma plataforma digital onde a gestão das obras de Juntas de Freguesia fosse gerido todo o processo para se perceber o que estava a ser feito, como estava a ser feito, quando se iniciava, quando acabava, tudo isso. Essa plataforma também ainda não apareceu. E, portanto, não podemos ficar apenas pela recuperação da piscina da Ponte, como não podemos ficar apenas também pela questão do alargamento do pavilhão das Goladas. É preciso ir mais longe e melhorar ainda mais aquilo que pode traduzir-se numa vida, porque o objetivo é bom e rico na sua enunciação, mas é preciso que haja concretização para o mesmo. Aparece depois um último item, que é melhorar as acessibilidades rodoviárias e qualificar o espaço público. Chegamos aqui, estamos perante aquele que é, não direi o maior desastre, mas é efetivamente o maior esquecimento a que tem sido votado os problemas da mobilidade. Porque a verdade é que o dia a dia dos bracarenses, quando têm de se deslocar de automóvel, é efetivamente uma tragédia. E é uma tragédia, na medida em que as filas são cada vez maiores, o tempo que demora a atravessar a cidade é cada vez maior e isso é muito mau para o ambiente, é muito mau para as pessoas e é muito mau para a cidade. E vemos que efetivamente a questão do nó de Infias, porque o Sr. Deputado Carlos Neves tem razão, não é só o nó de Infias que resolve, há pouco um até se esqueceu que existe uma outra Estrada Nacional muito importante neste circuito, que é a Estrada Nacional cento e três, que também traz imensa gente pela variante do Fojo e que agora começa logo a embarrilar a partir da Rotunda das Forças Armadas. E portanto, para percebermos que não existe uma planificação muito correta. Porque é verdade,*

*ele tem razão, quando se chega a Infias e é preciso rever este problema, e ele nem sequer está equacionado como uma grande prioridade. Fala-se nele, mas em termos de concretização, efetivamente isso não aparece. E portanto, percebermos que o nó de Infias é um problema, é um nó górdio, mas todos os outros problemas estão a montante. A via do Cávado, como aqui foi referido, é uma via que pode resolver parte, mas não vai resolver tudo. É preciso pensar noutra planeamento rodoviário e pensar, sobretudo, em transportes públicos, pensar noutra tipo de transportes, e venho aqui trazer à coação aquilo que também me parece importante trazer. Sabemos que os transportes urbanos, através daquilo que tem sido uma postura deste Governo, que nunca se viu com outros governos, porque no passado os governos davam a Lisboa e ao Porto, e este Governo também tem tido uma atitude muito positiva e visível naquilo que é a modernização dos transportes, no sentido também de atuar em conjunto com o Município de Braga, na descarbonização, e, por isso, é que vêm mais de trinta autocarros elétricos, largamente comparticipados pelo Governo. Mas há um outro projeto. E digo isto, porque os orçamentos das empresas municipais, também entram nesta questão das grandes opções do município e, portanto, também fazem parte, legalmente, não só dos documentos, mas também desta discussão. Dizer que relativamente ao BRT, efetivamente não existe rigorosamente nada. E reparem, é outro exemplo daquilo que foi anunciado há três anos, há dois anos, há um ano, este ano e que, infelizmente se vai perder, como se costuma dizer, na espuma dos tempos, não existindo sequer ainda um projeto. Existem algumas ideias, mas não existe sequer acordo nas ideias. E isto também é dramático para o concelho de Braga, que vai continuar a ver os seus problemas de mobilidade muito complicados. Quanto às questões das melhorias do espaço público, só gostava de lembrar que o IUC deste ano, Imposto Único de Circulação, é de cinco vírgula sete milhões de euros, que*

quando foi criado era efetivamente para melhorar as vias para que a circulação se pudesse processar com qualidade, com rapidez e sem desgaste para os automóveis. E qual é hoje o panorama da via pública? É um caos autêntico. Não há reparação nenhuma. Vai-se fazer agora a reparação do túnel, mas está anunciada há dois ou três anos e ainda não se começou. Espero bem que comece, sinceramente, para bem de todos. Mas efetivamente, o que é que temos? Temos cinco vírgula sete milhões de euros de IUC, que se agora formos multiplicar por aquilo que foi a coleta durante os últimos oito anos, são quarenta milhões de euros. E, vejam bem, com quarenta milhões de euros, esta Câmara, poucos metros fez de vias, poucas vias, reparou, e vejam em que estado está a via pública. Estradas, passeios e o resto que compõe a sinalética de segurança e longe vão, se calhar, as ideias das passadeiras inteligentes, ao menos que nos ponham passadeiras que tenham apenas a quarta classe, como se costuma dizer, para que as pessoas possam atravessar em segurança estas vias. E portanto, há muito que fazer na questão da mobilidade, porque quarenta milhões de euros nos últimos nove anos, dava para fazer muito pela mobilidade. Dava muito para tratar o espaço público, sobretudo aquele onde circulam os automóveis. Não vos queria maçar muito, mas gostava de vos dizer, que a Câmara escreveu como missão para estas Grandes Opções do Plano, que queria que este concelho fosse um concelho vibrante, reconhecido, incluso, próspero e sustentável, mas, efetivamente, hoje o que reina pelo Concelho é uma insatisfação, uma grande insatisfação. E, por isso, e acrescentando apenas outra questão onde o Governo deste país tem feito um esforço enorme, que tem a ver com as preocupações em termos de habitação. Se assim não fosse, a recuperação dos bairros sociais não estava a ser feita. Aquilo que são as políticas do “Primeiro direito”, aquilo que são as propostas da estratégia local de habitação, os milhões de euros que aparecem nos orçamentos

da Bragahabit e a participação, em muitos casos, a cerca de cem por cento, só são possíveis porque este Governo resolveu ajudar nos problemas da habitação. Voltando, novamente, àquelas ambições que falei, a pergunta que todos devemos fazer e que devemos fazer a todos os nossos concidadãos é esta: passados mil e muitos milhões de euros, desde que esta Câmara, desde que esta coligação assumiu a governação deste concelho, estamos melhor ou pior? Não. Estamos muito pior. Existe uma grande insatisfação. Existe uma grande frustração. E é contra essa frustração, é por causa dessa insatisfação, que também o Partido Socialista não está satisfeito. Acha que com um orçamento de cento e sessenta e cinco milhões de euros, acha que com os mil e muitos milhões de euros arrecadados até aqui, Braga poderia estar muito melhor. Braga tem desperdiçado algumas oportunidades e, por isso, o Partido Socialista irá votar contra estas grandes Opções do Plano e o respetivo Orçamento”. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES** que disse, a este propósito, que: “Vou tentar encurtar a intervenção, mas sem deixar de passar por algumas das coisas que foram sendo aqui ditas e nomeadamente também por aquilo que o Deputado João Nogueira aqui nos trouxe. Mas queria começar por dizer que noto que há alguma dificuldade, por parte dos vários partidos desta Assembleia Municipal, em enquadrarem criticamente este Orçamento e estas Grandes Ppções do Plano. Isto nota-se, entre outras coisas, na incapacidade de apontarem grandes falhas ou problemas e até dizem, como foi o caso do Bloco de Esquerda, que o problema não é tanto fazerem, mas é fazerem fora de tempo, porque o Bloco de Esquerda já tinha falado, nomeadamente nas questões da mobilidade, nos estudos das vias de coexistência, na questão do património arbóreo. Quer dizer, o problema já nem é fazer, o problema é quando se faz. E, portanto, também aí já se nota uma

*validação das opções deste executivo, que julgo que são manifestamente positivas e que nos deixam muito tranquilos quanto ao orçamento para dois mil e vinte e três. A CDU trouxe-nos aqui cinco sentidos, mas se calhar faltou-lhe o sexto, o tal da adivinhação e da possibilidade de, se calhar, não nos deixarmos enganar pelas percepções que esses sentidos muitas vezes nos trazem, designadamente quando fala na redução do IMI para o mínimo, esquece das condições especiais que são atribuídas às famílias. Aceitamos a crítica relativamente ao processo de transferências de competências que também sublinhamos e isso é manifesto, mas depois esquecem-se de várias coisas. Falam de falta de humanismo, falta de apoios na habitação, quer dizer, o executivo que mais investiu nos últimos anos na requalificação dos bairros sociais, que deu claramente um novo conjunto de respostas, através do RADA e do aumento dos benefícios através do RADA, não se percebe exatamente onde é que esses cinco sentidos não vos tenham traído na análise. Também até na questão dos TUB, onde falam da falta de funcionários, ainda agora vão entrar mais cinco motoristas só para vos dar resposta a isso, é importante dar-vos esta noção, para além das dezenas e dezenas de veículos novos que foram entrando ao serviço e que servem, entre outras coisas, também para que estas políticas de mobilidade surtam efeito e possamos ultrapassar estas dores de crescimento de que o Deputado João Nogueira falava, e, portanto, julgo que isso é também muitíssimo importante. Para um partido e para uma coligação de partidos, como a CDU, é pena que não falem na melhoria das condições de trabalho nos TUB, na aposta nas oficinas e na sua requalificação. É pena. Mas também aí, nessas omissões e na falta desse sexto sentido, reconhecemos a vossa dificuldade em trazer questões verdadeiramente importantes para o dia a dia dos bracarenses. Mas enfim, avancemos. Quanto ao Chega, trouxe-nos aqui aquilo que, não leves a mal, Filipe Melo, mas trouxeste aqui aquilo que chamaria a*

*disciplina olímpica do enchimento do chouriço político. Vieste cá e é basicamente sobre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, disseste pouco ou nada. Percebo o fetichismo do Chega quanto às fardas, os bombeiros, as polícias, todos respeitamos as polícias, todos respeitamos os bombeiros, todos respeitamos as forças de segurança e, de resto, isso tem sido reconhecido pelos próprios. E, portanto, é estranho vires aqui, repetidamente, trazer as questões das fardas e isso talvez já seja um trauma que não tem a ver, justamente, com as políticas e as orientações deste Executivo, mas com um ponto de vista que o Chega tem, em que parece querer fazer das forças de segurança e de tudo o que tem que ver com a proteção civil, o seu crachá e, eventualmente, mobilizá-los, até, para uma tomada de poder que possa levar a que o Chega um dia chegue, passe o pleonasmo, ao poder. Oxalá que não. O PS, João Nogueira, tenho muito carinho por si, como sabe, mas custa-me às vezes ouvi-lo dizer aqui algumas coisas porque o João Nogueira esteve ao longo dos anos, foi acompanhando, e quando me traz aqui retrospectivas de oito anos deste Executivo, começo-me a rir, e o João Nogueira sabe, que sabemos, que o João Nogueira sabe, que sabemos, que o João Nogueira sabe, que muito do dinheiro que para aí aponta como tendo sido ganho pela autarquia, corresponde, infelizmente, àquilo que foi necessário para pagar a compromissos que o Partido Socialista nos deixou. Felizmente, o estádio está quase pago, os duzentos milhões de euros que nunca apareceram nas contas finais do estádio, estão quase pagos. Por quem? Por nós. E quanto à sustentabilidade das contas, julgo que isso é muito importante e oxalá que no futuro, quem vier a seguir, tenha a sorte, que não tenha sido o azar que tivemos, quando apanhamos a Câmara Municipal no estado em que estava e com os compromissos financeiros que estavam. Mas, relativamente à minha intervenção, aquilo que queria dizer é que este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano consagram, de facto, uma*

visão transformadora para o próximo ano e que continua na senda da afirmação de Braga enquanto pólo agregador da qualidade de vida. Como percebemos, ao longo de muitos anos, um “slogan” não é um facto e muito menos é uma limitação aos horizontes da evolução da comunidade. Viver em Braga era bom, mas podia ser muito melhor. Poderia ser muito melhor na relação com os cidadãos, com as associações e com as diversas entidades que compõem o nosso Concelho. Podia ser muito melhor no apoio a quem mais precisa, na dinamização da economia e na valorização do património e do espólio cultural de Braga. Podia ser melhor na boa gestão das contas públicas, no rigor da condução das obras e na sustentabilidade das políticas públicas. E podia ainda ser melhor na inclusão democrática da população, no compromisso real com o ambiente e na modernização e internacionalização da nossa urbe. O que este Executivo fez e continua a fazer? Tem demonstrado que a boa gestão da coisa pública não é uma mera questão de atitude, mas de método, comprometimento e dedicação. O orçamento que aqui votamos hoje manifesta justamente essas características e projeta um futuro que abre espaço para a contínua afirmação da cidade no contexto regional, nacional e internacional. O já aqui elencados, perto de cento e sessenta e cinco milhões de euros são um recorde orçamental, é verdade, mas isso é mera aritmética e pouco importa se os números não forem acompanhados por ações concretas que lhes concedam relevância prática. É por isso que à bancada do PSD importa menos a magnitude das cifras e muito mais a significância das medidas. Não nos iludamos, já aqui foi dito e é verdade, dois mil e vinte e três será um ano desafiante em que o contexto internacional dará o mote para um cenário que já muitos assumem como inevitavelmente recessivo. O que isto significa para a atividade do Município é uma necessidade adicional de prever os efeitos desse hipotético cenário de crise económica e social, antecipando medidas

*que possam amparar eventuais carências básicas a que os municípios não consigam dar resposta e cuja resolução esteja, de facto, na esfera de competências da Câmara Municipal. Claro que, apesar de o Orçamento ser um exercício com algum grau de especulação, não poderemos ter rúbricas condicionais e meramente perspectivas. De todo o modo, o que já se conhece é muitíssimo animador. E o campo social marca, não nos enganemos, decisivamente, o mote que perpassa pelos documentos que aqui apreciamos. No quadro da habitação, a intervenção da Bragahabit é referencial e julgo que a intervenção aqui do Deputado João Nogueira não deixa de referir isso e não deixa de reconhecer isso, sem prejuízo de não estamos completamente de acordo de onde vem o dinheiro que o Deputado João Nogueira aqui refere, para várias das intervenções da Bragahabit, nomeadamente no quadro do RADA. Esse crescimento exponencial do RADA, tal qual como se encontrava prometido, é um excelente modelo de justa priorização das medidas políticas que servem à coesão social e à criação de uma plataforma que permite gerir as emergências que vão surgindo, mas sem sofreguidão. Um vírgula dois milhões de euros, espelham a veracidade das preocupações sociais, mas, sobretudo, dão corpo à certeza de mais um compromisso em avançado estado de cumprimento. Como é público, o Município pretendia duplicar a verba do RADA até dois mil e vinte e cinco para um vírgula seis milhões de euros. O facto de já hoje podermos testemunhar um aumento exponencial do RADA, mais duzentos mil euros este ano, a que se junta a alteração do Regulamento do Regime de Apoio que aqui votamos, incrementa, francamente, a rede de pessoas com dificuldades que se podem candidatar a uma ajuda do Município neste programa e são sinais insofismáveis de que há ainda quem leve a sério o tal adágio de “palavra dada é palavra honrada”. No apoio à natalidade já se falou aqui e é importante relevar medidas inovadoras, como o*

apoio de duzentos e cinquenta euros por cada criança que nasce em Braga, são novidades completas que, nos tempos de anunciada crise, acabam também por ser muitíssimo oportunas. Os casais bracarenses encontram assim mais uma razão, e já aqui falamos desse problema, para aqui constituírem família. Uma medida que se junta a muitas outras de apoio à família que se mantém para dois mil e vinte e três, como a redução do IMI por agregado em função do número de filhos ou os tarifários sociais da AGERE e dos TUB. Na Educação, o enorme esforço que o Município assumiu no apoio extra rácio às escolas do concelho, representou a colocação de quarenta assistentes operacionais adicionais. Destes, quarenta, note-se, vinte e um são exclusivamente dedicados ao apoio às crianças com necessidades educativas específicas. Uma diferença lá está, que fica retratada nos setecentos e setenta e oito colaboradores que, com os ingressos já no próximo mês de dezembro, ultrapassarão largamente os setecentos e trinta e oito exigidos por lei. São mais de quinhentos e trinta mil euros adicionais assumidos inteiramente pelo Município, a que acrescem mais de cento e oitenta e oito mil, para fazer face à substituição de pessoas com baixas médicas, para assim poder manter o nível de serviço a quem mais interessa, as crianças e as famílias bracarenses. Praticamente todas as escolas do concelho, sob responsabilidade do Município, passam a contar com o número de assistente, acima do previsto no rácio. Se isto não são políticas e medidas sociais sérias e comprometidas, então não sabemos o que serão. Mas não basta ser bom viver em Braga, hoje. É preciso que se prepare o futuro e se olhe para a conservação das tais infraestruturas públicas e equipamentos que servem o concelho e de que aqui o Deputado João Nogueira se queixou. É flagrante que um dos grandes desafios da gestão autárquica em Braga passa pela adequada gestão das operações de manutenção e beneficiação do que já existe. Investir na conservação e requalificação de estradas, passeios, espaço

*público, habitações, viaturas e outros equipamentos que sejam do ou estejam no domínio público é uma tarefa muito exigente e consumidora de um conjunto de recursos muitíssimo significativa. Nem sempre é fácil explicar aos cidadãos que repavimentar estradas, qualificar passeios, reabilitar bairros inteiros, substituir autocarros e intervencionar pavilhões municipais ou das freguesias, custa tanto ou mais dinheiro do que os construir de raiz. Mas há que tentar. No domínio do apoio à mobilidade, que aqui já se falou, os TUB estão, efetivamente, a voltar aos grandes níveis de afluência e utilização a que nos habituaram na fase pré pandémica. E isso tem que querer dizer alguma coisa. Em dois mil e vinte e dois estamos rapidamente a aproximar-nos de noventa por cento dos utentes registados em dois mil e dezanove, o tal ano que foi recorde na atividade desta empresa municipal. Perante o sucesso óbvio da gestão da empresa de transporte público municipal, poder-se-ia temer uma certa anemia na ação ou um autocomprazimento com os resultados alcançados. Mas nada disso. Os TUB têm, de facto, uma agenda de grande alcance para o futuro, que se entrelaça com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a descarbonização decorrente da gestão da frota e com mais reduções dos tarifários já em dois mil e vinte e três, e já aqui se referiu isso mesmo. Reduções que significam mais meio milhão de euros de esforço pela empresa municipal, mas que podem resultar e seguramente tem condições para resultar num tremendo sucesso. Aqui permitam-me destacar o acolhimento de uma das propostas da JSD de Braga, que reclamava a gratuitidade dos passes de estudantes para os alunos do ensino superior e que ocorrerá já a partir de dois mil e vinte e quatro. No domínio das condições operacionais, os TUB reforçarão a frota, como já foi aqui dito, com mais novas viaturas elétricas, mais trinta, no caso, e apostarão em objetivos estratégicos da maior importância e de que às vezes não se fala, como sejam o lançamento de*

novas linhas e a melhoria da frequência, que nos parecem objetivos essenciais. No vetor cultural, o orçamento totaliza mais de onze milhões e meio, o que a face aos cinco milhões e seiscentos mil de dois mil e vinte e um, representa uma evolução superior a cem por cento. Claro que parte destas verbas dependem de programas de fundos europeus, mas a participação do Município é também ela muito significativa, apesar de no domínio da candidatura a capital Europeia da Cultura, ser tempo de contemplação, o Executivo não se ficou por uma postura passiva, limitando-se a assistir ao decurso dos eventos e esperar pelo melhor. Pelo contrário, temos a valorização da Feira do Livro, prometida com a sua reformulação em Festival Internacional Literário. Em matéria de recuperação e reafecção do património, o lançamento efetivo de musealização da Ínsula das Carvalheiras, marca o fim de décadas de estagnação e incúria. O Convento São Francisco de Real será finalmente devolvido ao usufruto da população, qualificando a oferta de espaços dedicados a iniciativas de índole cultural. Dois mil e vinte e três marca ainda o fim da primeira parte de requalificação, não o princípio, mas o fim da primeira parte de requalificação da Francisco Sanches e a sua transformação num centro cultural. Será também lançado um concurso para a construção do Media Arts Center, no antigo Cinema São Geraldo, João Nogueira, não está omitido, está no orçamento, bem a tempo, portanto, da consagração de Braga como um pólo mundial respeitado no domínio das cidades criativas, como já aqui hoje se sublinhou. Nas infraestruturas, há, portanto, que refazer e não apenas fazer acontecer, como era o mote da última candidatura vencedora da coligação Juntos por Braga. E se é verdade que Roma não se fez num dia, num dia, também a Roma portuguesa não se refará num tão curto prazo de tempo. Isto supõe um esforço demorado, mas persistente, na atualização de diversos locais, vias e equipamentos. No caso do eixo estratégico da Avenida da

*Liberdade, por exemplo, teremos uma intervenção de monta na requalificação do túnel e esta aparece como uma das grandes marcas para futuro que este orçamento consagra e que se espera vir a pôr um ponto final na decrépita condição daquela via, enquanto à superfície se começa a devolver a prioridade aos peões. Mas não é somente aqui, no plano das infraestruturas viárias, que o Município aposta. As festas e festinhas são outros, Senhores Deputados, e levam-nos a rever o PDM, um instrumento estratégico, cujo forte pendor social se revela na prioridade da reafecção de terrenos para construção de habitação, permitindo combater a tal trajetória de que aqui se falou, de aumento de preços no imobiliário e escassez de oferta. Repito, o que aqui já tivemos a oportunidade de frisar, esta reorientação do PDM não é, nem pode ser, incompatível com a manutenção de elevados padrões de qualidade no ordenamento urbano e na promoção da qualidade de vida e promoção e proteção do ambiente. Estamos sintonizados com a Autarquia na definição de linhas mestras que abram a oportunidade de mais bracarenses poderem aceder a habitações condignas, sem com isso fazer perigar uma marca e compromisso da coligação, com regras básicas de boa gestão do território. Finalmente, voltamos à vertente puramente social para sublinhar com agrado a conclusão das obras do bairro de Santa Tecla e a continuação do processo de requalificação dos bairros sociais do concelho. Nas Andorinhas, anuncia-se a Primavera com o lançamento dos primeiros concursos públicos para as obras de reabilitação. Em São Gregório, teremos finalmente resolvido um problema de décadas e, tudo indica, em consonância com a população local. Também no bairro do Picoto deverá avançar a reestruturação de um conjunto de habitações que há muito clamam por obras e uma população que, igualmente a tanto tempo merece a dignificação do seu domicílio. A isto acresce a aquisição de várias frações habitacionais para arrendamento a custos*

controlados. Falta de humanismo? Seguramente que não. Aliada a esta preocupação de criar, manter e projetar um concelho onde seja permanentemente bom viver, vemos o total alinhamento das políticas municipais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De resto, o Município não só assume essa responsabilidade, como ainda a promove, através de planos, como de combate à pobreza energética, ao qual se alocam verbas de até meio milhão de euros e que se destinam a melhorar as condições de eficiência energética das habitações privadas dos bracarenses, com menos possibilidades económicas. Em domínios mais estritos, mas igualmente relevantes, a reformulação do programa “Bicification”, que foi um extraordinário sucesso, apresenta-se como a continuação lógica da evolução das mentalidades e das alterações de comportamento no domínio da mobilidade. De resto, o Conselho Consultivo da Mobilidade de Braga, cujo regulamento será aqui apreciado, claramente suporta uma visão de princípio que não sofrerá desvios. Destacamos ainda o Programa de Apoio à Aquisição de Modos Suaves, o qual será condicionada à criação do regulamento municipal específico. E, finalmente, avançará a condição que tínhamos como essencial para a disseminação de vias de coexistência no município, o tal estudo de que o Bloco de Esquerda se queixa que seja feito, quando anteriormente se queixava que não o era. Ou seja, o estudo das vias municipais arrancará, permitindo de modo responsável, adequado e perene, desenhar traçados e hipóteses de coexistência um pouco por todo o concelho. Uma derradeira palavra para duas medidas de largo alcance. Por um lado, a construção da nova ETAR. Este empreendimento simboliza a tal orientação prospetiva e de médio e longo prazo, que tantas vezes faltou na gestão socialista. Agora que o visto do Tribunal de Contas é uma realidade, os trinta milhões de euros de investimento permitirão continuar a garantir a qualidade de vida dos

*bracarenses, o respeito integral pelo meio ambiente e a desoneração de uma parte da cidade que sofria em solidão o peso de assegurar a existência de uma ETAR subdimensionada para as necessidades do concelho. A seguir ao ruinoso estádio municipal, este é o investimento mais volumoso da Câmara Municipal, no caso através da AGERE e, ao contrário daquele elefante branco, promete contentar toda a gente e poupar os bolsos bracarenses a excursões milionárias pela pré-falência da autarquia. Por outro lado, é seguro assumir que a rede de separação de bio resíduos estará garantida no final de dois mil e vinte e três. Até final do próximo ano, Braga será uma das primeiras, se não a primeira cidade portuguesa, com uma rede de recolha de separação de bio resíduos, uma verdadeira rede, e não apenas de um projeto piloto, mais ou menos inconsequente. Esta será uma medida que apela, obviamente, à participação de todos, ao empenho cívico e à responsabilidade individual para salvaguardar o ambiente e garantir um futuro melhor para as novas gerações. Terminando, não podemos deixar de reconhecer a existência de exigentes desafios para o orçamento de dois mil e vinte e três, o qual apresenta os tais números recorde, é verdade, mas que convém esclarecer. A receita sobe para perto cento e sessenta e cinco milhões de euros, um acréscimo de cerca de trinta e três milhões de euros, que se explica pela transferência de competências do Estado Central e respetiva dotação orçamental e pelo reforço de apoios da União Europeia através do PRR, como por exemplo, e vemos aí um dos casos sintomáticos da gestão desta autarquia, a reconversão da “Confiança” numa residência universitária e que se explica também pelo aumento da atividade económica e bons resultados das empresas e trabalhadores do concelho, sem que se aumente uma taxa ou imposto, Deputado João Nogueira, repito, sem que se aumente uma taxa ou imposto. Carga fiscal não aumenta, sem que se termine ou diminua qualquer programa de apoio*

*social ou majoração de apoios ou minoração de valores pagos pelos serviços prestados pelo Município. Sem qualquer destes pontos negativos, as receitas arrecadadas com impostos diretos sobem mais de quatro milhões de euros. Isto testemunha, por um lado, a pujança da atividade económica e a saúde do concelho e das contas do Município. Contudo, manda a prudência que sigamos com particular atenção a execução do orçamento durante o próximo ano, já que fenómenos externos prometem condicionar a trajetória das contas públicas nacionais e municipais. Como já foi aqui abordado, a guerra continua e a inflação mantém-se alta, apesar das subidas das taxas de juro. Esta conjugação de fatores é preocupante, isto não escondemos, mas devemos estar confiantes na capacidade e resiliência do tecido económico bracarense, que tem dado muito boa conta de si nos últimos largos anos. Também a descentralização de competências, que aqui já foi apontado como fator de risco, ameaça o regular funcionamento dos serviços do Município, sendo certo que nas áreas da saúde e social ainda não há sequer acordo. Estarrecedor pensar que a tão pouco tempo da suposta obrigatoriedade de passagem destas competências para as autarquias, o Governo Central continua numa postura que roça a chantagem por inação. Agora que estamos perto do vinte e cinco de novembro, convém então afirmar em alta voz que em Braga não podemos e não iremos pactuar com um PDEC, não um PREC, mas um PDEC, o processo de descentralização em curso, que ameaça a sustentabilidade das contas dos municípios e a efetiva capacidade de prestar aos cidadãos os serviços que merecem e pelos quais pagam impostos. Em suma, estaremos vigilantes, atentos e, sobretudo, comprometidos com o sucesso deste orçamento e das opções que o acompanham, subscrevendo sem reserva as suas prioridades, medidas e resultados projetados. Estamos a reconstruir Braga, a requalificar o concelho e a redesenhar um mapa que não começa nem termina nos*

limites geográficos do território, mas que se alarga pela medida das ambições de quem lidera o Executivo. E essa, sim, meus Senhores, é a verdadeira marca desta presidência da Câmara Municipal de Braga”. Interveio o **Sr. Deputado do Chega, ANTÓNIO FILIPE DIAS MELO PEIXOTO** para, em defesa da honra, dizer: “Caro Deputado João Marques, percebo que no teu papel de líder de bancada, que venhas aqui apontar o dedo, criticar algumas opções, algumas coisas ditas que consideras inoportunas ou erradas, por parte das outras bancadas. O que não posso aceitar é um ataque feroz, acusando o Chega de fetiche pelas forças de segurança ou das fardas. Isso não posso aceitar. Percebo que vocês estejam a adequar-se ao perfil do vosso novo líder, mais agressivo, menos polido, menos educado, até percebo. Percebo também que o vosso desespero por não estarem no governo, por possivelmente não chegarem lá tão cedo, e por daqui a três anos perderem esta Câmara, vos pode levar a isto. Mas ter aqui uma intervenção, a roçar a falta de educação, isso não concordo. Relembro que o Chega é um partido democrático, que está aprovado pelo Tribunal Constitucional, está em funções, tem representatividade parlamentar, tem representatividade em muitas autarquias, em muitas Assembleias Municipais e, como tal, exijo por parte do Senhor e da sua bancada, o devido respeito e consideração, da mesma forma que temos democraticamente, por todos os partidos que estão nesta casa. Portanto, Senhor Deputado, peço que se retrate, porque a atitude que aqui teve não foi digna. Faltou à verdade e então lanço-lhe o desafio, já que disse que as forças de segurança estão muito satisfeitas, então façam um questionário interno, anónimo, à Polícia Municipal e veja quantos agentes da Polícia Municipal estão satisfeitos com este Executivo e pode ter uma agradável surpresa”. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO,**

*para dizer que: “esta discussão que agora assistimos, em relação aos documentos de planeamento do Município, foi bem o testemunho daquilo que é a realidade política do nosso concelho. Antes de entrar na discussão propriamente dita, queria aqui, ainda assim, enfatizar o único ponto que me une com a intervenção do Deputado João Nogueira e de alguns dos outros participantes nesta discussão, que é o agradecimento, na pessoa do Dr. Sandro Louro, a toda a nossa equipa dos serviços de Gestão Municipal, que de facto fizeram um trabalho notável, não só na preparação dos documentos, tal como na Câmara Municipal e nas empresas Municipais, quer também na disponibilidade que tiveram para prestar todos os esclarecimentos aos membros da Assembleia Municipal e até aos Senhores Vereadores, também, na preparação que antecedeu esses mesmos documentos. Depois, a verdade é que as posições que aqui foram tomadas refletem um outro facto, é que ao longo deste exercício, foram convidadas todas as forças políticas para apresentarem propostas e contributos para enriquecer estes mesmos documentos. E, tal como já aconteceu no ano anterior, neste mandato autárquico, recebemos propostas do PSD, do CDS, do PPM e do Aliança, que não surpreendem porque obviamente são os partidos que suportam diretamente esta maioria, mas que recebemos também, como já tinha acontecido no passado, do PAN e da Iniciativa Liberal, o que é um exercício que me parece muito pertinente, de contributo efetivo para o enriquecimento daquilo que são os documentos de planificação da Câmara Municipal. E talvez por isso, porque haja quem tenha propostas concretas e quem não as tenha, é que depois se assiste a algum exercício, não lhe chamaria de contorcionismo, pegando no termo que há pouco foi utilizado pelo meu caro amigo Deputado João Marques, mas pelo menos de alguma dificuldade em exercitar o contraditório face a estes documentos e em que se invocam temas como retardar ou repetir, mais do que propriamente discordar*

*daquilo que são as propostas concretas ou avançar com outras soluções. E se isso ficou bem latente em quase todas as intervenções dos partidos da oposição, diria que exacerbou essa mesma circunstância na intervenção do não menos caro amigo Deputado João Nogueira, que, talvez entusiasmado pelo apoio dado à Capital da Cultura, fez aqui um exercício de criatividade absolutamente notável, diria, quase a roçar a ficção, em que retratou o retrato de um concelho em que espero que o Partido Socialista se continue a rever, porque é sinal que vai continuar muito distante daquilo que é a opinião e a perspetiva que a maior parte dos cidadãos deste concelho tem sobre a realidade deste território e sobre aquilo que tem sido o desempenho da Câmara Municipal. Aliás, com muita, muita amizade, mesmo, quase o senti, e eu que todos os dias falo com Presidentes de Junta, que todos os dias recebo Presidentes de Junta e que aliás, nessa matéria tenho apenas pendente uma reunião com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Real, que estou em falha há algumas semanas, os outros têm estado mais ou menos em dia as marcações e, portanto, aquilo que aqui disse não é verdade, mas dizia que quase o senti mais como um saudoso Presidente de Junta do que como um efetivo líder interino da bancada da Assembleia Municipal, porque na sua intervenção foi resvalando tantas vezes para o Jardim de Infância de Gualtar, para a variante Frente do Fojo, em Gualtar, para a zona de lazer, em Gualtar, para a relação com as freguesias em Gualtar, que mais me pareceu, de facto, representar a freguesia do que aquilo que era a perspetiva global sobre a realidade do concelho. E curiosamente, até esses projetos de Gualtar estão todos eles em andamento e, portanto também aí, assim, com alguma injustiça naquilo que tem sido o tratamento da Câmara Municipal sobre essas matérias. Mas sobre estes documentos e sobre aquilo que são as propostas que eles apresentam, queria aqui destacar alguns brevíssimos aspetos, também para não me alongar. O*

*primeiro dos quais é que, indiscutivelmente, como se reflete desde logo do ponto de vista financeiro, a primeira marca que está presente neste orçamento é o reforço, diria que é a concretização do processo de descentralização. E o processo de descentralização, já aqui foi dito por muitos Senhores Deputados e que aqui temos representantes também nossos, do nosso concelho, na Assembleia da República, no caso do Felipe Melo, a Palmira Maciel e no Executivo Municipal também o Hugo Pires, é importante, de facto, enfatizar que este processo é um processo positivo, naquilo que é o seu conceito, mas de muito risco e de muita responsabilidade para os municípios, para os quais o Estado Central está de uma forma, diria, impreparada, nalguns casos, irresponsável até noutros, endossar responsabilidades e compromissos financeiros. Isso é algo que ninguém, no seu bom senso deve tolerar, porque se é verdade que na área da educação conseguimos otimizar o processo de transferência e ele está a funcionar em pleno, em benefício da generalidade da comunidade educativa. Se é verdade, que acredito que na área da saúde mais acerto, menos acerto, vamos chegar a um entendimento com o Governo e que vamos também ter condições para concretizar a transferência de competências que está prevista nas próximas semanas, acho que aquilo que se está a passar na área da ação social, devia a todos alertar sobre as consequências que isso poderá ter, não apenas sobre os próprios municípios, mas também sobre uma rede muito alargada de parceiros que está no terreno e, inclusivamente sobre os próprios beneficiários. Não foi só o Presidente da Câmara de Braga, foram vários por todo o país, que alertaram que as condições que estão neste momento a ser garantidas para a concretização da ação social até ao início do ano, são manifestamente insuficientes, por falta de informação, por falta de formação, por falta de preparação, inclusivamente, também, como acontece nos outros casos, por falta de recursos financeiros para*

*concretizar essas medidas. E, portanto, parece-me que esta obstinação do Governo, com a concretização dessa descentralização até ao início do ano é, de facto, colocar em risco muitas instituições, muitos postos de trabalho, sem qualquer consciência sobre quais são os impactos no território. Sobre o orçamento no seu todo, e à margem desta questão da descentralização, obviamente que ele é marcado numa lógica de coerência, de continuidade, de ambição e de sentido estratégico. Sempre trabalhamos num horizonte de médio longo prazo. Sabemos qual é o programa que queremos cumprir. Vamos cumprindo esse mesmo programa e vamos, obviamente, concretizando e trabalhando cada uma das suas ações, que depois se materializam em cada um dos exercícios, em cada um dos anos, em ações e iniciativas muito concretas. Para isso, precisamos de recursos e do ponto de vista da receita, a Câmara Municipal tem conseguido fazer um exercício que não deixa de ser assinalável, permitam-me a imodéstia, que é conseguindo, sem alguma vez ter aumentado um cêntimo qualquer imposto municipal, sobre pessoas ou empresas, pelo contrário, garantindo ao longo dos últimos anos a redução contínua e sistemática de quase toda a tributação municipal que está sob alçada da Câmara Municipal e, ao mesmo tempo, conseguir arrecadar cada vez mais receita, ou seja, fazer com que cada bracarense, cada instituição, pague de per si menos impostos, mas conseguir que o bolo, no seu todo, vá aumentando por força da dinâmica económica e da dinâmica demográfica que o concelho vai registando. Isso é, obviamente, fazer uma gestão séria e justa daquilo que é a fiscalidade municipal. É, aliás, até só para pegar num exemplo que aqui foi citado, em termos do IUC, e isso é importante aqui referi-lo, até pelas consequências nocivas que esta realidade acarreta sobre o nosso território, só nos últimos cinco anos foram registadas vinte mil viaturas novas no nosso concelho, o que é obviamente uma fonte de receita*

substancial, mas é também uma fonte de sobrecarga substancial sobre a mobilidade no nosso concelho. Depois, sobre a cultura, a cultura é, obviamente, uma das imagens de marca deste Executivo e é uma das imagens dos projetos estruturantes deste Orçamento, tendo em conta que, independentemente daquilo que venha a acontecer no próximo dia sete de dezembro, estamos muito confiantes, e devo dizer que acho que neste momento faltam basicamente duas etapas até esse dia sete, teremos no dia trinta a visita do júri ao nosso concelho, teremos no dia seis de dezembro a audição que iremos fazer em Lisboa perante o júri da candidatura, mas a não ser que aconteça alguma tragédia nesses dois momentos, que não antecipo, obviamente, bem pelo contrário, acho que vamos chegar à noite do dia seis com a convicção plena de que fizemos tudo, absolutamente tudo o que estava ao nosso alcance para produzirmos uma candidatura de qualidade, uma candidatura que orgulha Braga e uma candidatura que impacta duradouramente na dinâmica cultural do nosso concelho. Por isso, a decisão será aquela que o júri entender, mas Braga já ganhou e vai continuar a ganhar com aquilo que foi o trabalho desenvolvido e que estamos a desenvolver coletivamente e não apenas a Câmara Municipal, do ponto de vista das dinâmicas culturais. A Cultura, hoje, está não só, em termos de infraestruturas e equipamentos culturais, muito mais reforçada do que estava há uns anos. Não está apenas financeiramente, muito mais, digamos, absorto de recursos no orçamento municipal do que estava há uns anos, mas, sobretudo, acho que houve um “boost” enorme daquilo que é o apetite pela dinâmica cultural, a participação na dinâmica cultural, o envolvimento na dinâmica cultural de todos os agentes, sejam eles as universidades, as juntas de freguesia, as instituições sociais, as associações, enfim, em todo o concelho há de facto, uma outra visão sobre a cultura e isso é muito enriquecedor, seguramente, para o

*nosso futuro. Depois, em termos de outras políticas e outros eixos, obviamente que a mobilidade ganha aqui uma preponderância muito grande e ganha, desde logo, porque queremos contribuir para a promoção de uma mobilidade cada vez mais sustentável e essa sustentabilidade da mobilidade faz-se a vários níveis. O primeiro e mais premente, no estímulo à utilização dos transportes públicos, que têm que ser mais ambientalmente responsáveis, mais confortáveis, mais seguros e fiáveis, do ponto de vista do serviço que prestam à população e o investimento que os TUB têm feito em todas estas dimensões é absolutamente extraordinário, diria único, a nível nacional. E se é verdade que as políticas públicas do Governo têm ajudado à concretização dessas iniciativas em Braga, como em todo o país, não deixa de ser verdade que o desempenho de Braga, em termos de serviços de transportes públicos, é inequivocamente muito melhor do que aquele que acontece com qualquer outra empresa pública a nível nacional e isso é mérito, também, da empresa, da sua administração, dos seus colaboradores, ao longo destes últimos anos. Também do ponto de vista daquilo que é a intervenção em espaço público, com a criação de novas vias cicláveis, a extensão de algumas das existentes, o alargamento de passeios, que é uma dimensão fundamental para garantir a segurança para os peões e, sobretudo, na envolvente de espaços escolares. Aliás, recordo as palavras ainda recentes, na última reunião do Executivo, dos esclarecimentos prestados pela Vereadora Olga Pereira, relativamente ao projeto “Eu já passo aqui”, que recordava que foi um projeto que surgiu em contexto de orçamento participativo, de alguém que defendia que em Braga havia demasiados sítios onde não era possível passar, onde os peões não tinham prioridade, face ao mobiliário urbano, face aos automóveis, face a outras vias alternativas de transporte. E essa intervenção que estamos a diluir por todo o concelho, começando nas freguesias urbanas e obviamente estendendo para a periferia, faz*

toda a diferença também desse ponto de vista. E aliás, até pegando nas contas que há bocadinho aqui foram feitas sobre o IUC, queria relembrar também ao Deputado João Nogueira, volto a ele, para dizer que confesso que nunca fiz essa conta, mas se juntarmos aquilo que foi o conjunto de intervenções, muitas delas orientadas para pavimentações, alargamentos e estruturação de vias nas obras delegadas nas Juntas de Freguesia, porque também o concelho não se esgota no centro da cidade, vai até cada uma das freguesias onde delegamos essas mesmas obras, com aquilo que foram as intervenções de maior monta em grandes artérias do centro da cidade, como pegando no último ano o caso da variante do Fojo, o caso da variante da Encosta na sua fase terminal, do Fojo foi toda ela intervencionada entre a rotunda de São Pedro, pavimentação, ninguém está a falar de alargamento, houve pavimentação, a sua intervenção era sobre conservação e manutenção de vias e houve pavimentações, além de outras soluções de mobilidade em todas essas vias, tal como na reta de Tibães, tal como na Rua Costa Gomes e em vários outros no nosso concelho. E só olhando para aquilo que vai acontecer também no próximo ano, e de acordo com o que já está anunciado, vamos ter a intervenção no túnel da Avenida, que representa um investimento enorme, mais do que o IUC anual. Temos a intervenção na Avenida da Liberdade, temos a intervenção na Rua Antero de Quental e várias outras espalhadas também, novamente na variante do Fojo, em outros troços que não foram ainda intervencionados. E, portanto, obviamente que vamos cumprindo esse plano de manutenções, mas temos que olhar também para aquilo que é a exigência, do ponto de vista do concelho, desses mesmos recursos e aquilo que é a necessidade de dosear a nossa capacidade de investimento com outras áreas igualmente prioritárias, como é, por exemplo, a questão da sustentabilidade. Braga não está entre os melhores rácios e indicadores, a nível nacional e

*internacional, ao longo dos últimos anos, em matéria de sustentabilidade, apenas pelos olhos do Presidente ou porque fazemos muitas conferências internacionais a dizer que fazemos coisas bonitas, é porque, de facto, fazemos coisas bonitas e fazemos coisas que têm impacto e que são avaliadas por quem de direito, em conformidade. O facto de termos a bandeira verde, termos sido o terceiro melhor concelho a nível nacional. O facto de sermos uma das vinte e uma cidades europeias que estão na lista A do Carbon Disclosure Project, em termos de alterações climáticas e várias outras iniciativas e reconhecimentos que temos tido, tem a ver com ações e políticas concretas que vamos materializando, ano após ano, para concretizar esses mesmos objetivos. Finalmente, dizia há bocadinho a Senhora Deputada municipal da CDU, algo que me parece que marca toda a diferença e que com isso remeteria esta intervenção, quando ela apresentava quase que uma dicotomia entre o economicismo e o humanismo, acho que aquilo que Braga conseguiu fazer, ao longo dos últimos nove anos, foi conciliar de forma, diria exemplar, essas duas dimensões. Braga é hoje um território cada vez mais competitivo, cada vez mais atrativo para a dinâmica económica em todos os sectores de atividade, atraindo empresas, criando empregos, fixando a atividade económica e estimulando novos projetos de empreendedorismo em todos os sectores, conseguindo ser, do ponto de vista demográfico, o concelho dinâmico que todos já reconhecemos também e, ao mesmo tempo, nunca descurar a dimensão da justiça social, da responsabilidade social para com todas as famílias e para com todos os cidadãos, em particular aqueles que têm mais carências de qualquer natureza, sejam elas económicas ou não. E este orçamento é disso testemunho. As medidas de reforço das políticas de habitação, a alocação de recursos, e estamos a falar só nessa matéria, porque ela foi aqui citada, no que diz respeito ao apoio às necessidades específicas nas*

escolas de mais de meio milhão de investimento a expensas diretas do Município, para cumprir responsabilidades que outros não cumprem e é também uma das medidas com o reforço do pessoal nas escolas que vai ser agora concretizada. Com o reforço do RADA, que começou em cerca de duzentos a trezentos mil euros em dois mil e treze e já vai em um milhão e duzentos e que na próxima reunião de Câmara vai passar, tendo em conta também aquilo que é a realidade do nosso concelho e do país, a participar o processo de liquidação das prestações dos empréstimos para a aquisição de casa ao banco e não apenas a componente de arrendamento, que é algo que nos parece de toda a justiça, porque vemos muitas famílias e famílias jovens, de classe média e de menos recursos, que não conseguem fazer face ao aumento dos encargos por força do aumento das taxas de juro e, portanto, iremos também alocar uma das componentes do RADA para financiar e para apoiar essas mesmas famílias. Da mesma maneira que temos o Programa de Combate à Pobreza Energética, proposta do PAN e que agora estamos a implementar e que não é uma medida de fachada, como já ouvi, porque só numa semana tivemos mais de cem candidaturas, que já estão a ser apreciadas e tramitadas nos serviços da Bragahabit. E tantas e tantas outras medidas que aqui já foram citadas, por diversos Senhores Deputados, que estão, obviamente, em todos os documentos e que são a marca de diferenciação deste Executivo. O foco são as pessoas, as pessoas, as pessoas. E há uma coisa, caro João, volto a si porque a sua intervenção foi, de facto, a mais dissonante e mais crítica, diria até exclusivamente crítica, destes documentos, para lhe dizer que discordo totalmente daquilo que aqui foi o seu remate e, pelo contrário, área por área da governação municipal, não há uma em que Braga esteja pior do que em dois mil e treze e essa é que é a prova dos nove”. Posta à votação, foi a referida proposta **aprovada com cinquenta e três votos a favor, com uma abstenção da Iniciativa Liberal e com**

*dezassete votos contra do P.S., da CDU, do B.E. e do Chega. A SRA. PRESIDENTE DA MESA solicitou a comparência dos líderes das diversas bancadas para decidirem sobre a continuação dos trabalhos, tendo informado que atendendo à disponibilidade de datas ficou decidido que aquela sessão teria continuidade no dia cinco de dezembro, pelas vinte e uma horas, em espaço a designar. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um e dois, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** À uma hora e cinquenta e cinco minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de dezoito de novembro de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*